



Valor da Logística Integrada

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Índice

1 - Relatório da Administração.....	3
2 - Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	7
3 – Demonstrações financeiras	11
BALANÇO PATRIMONIAL.....	11
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	12
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	13
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	14
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	15
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	16
4 - Contexto Operacional.....	17
4.1– Grupo VLI	17
4.2 – Base de preparação das demonstrações financeiras.....	21
4.3 - Principais políticas contábeis	24
4.4- Caixa e equivalentes de caixa	32
4.5- Contas a receber	32
4.6- Partes relacionadas.....	33
4.7- Estoques.....	35
4.8- Tributos a recuperar.....	36
4.9- Sinistros a recuperar e demais ativos	36
4.10- Dividendos a receber	37
4.11- Depósitos judiciais e Provisão para processos judiciais	38
4.12– Investimentos	40
4.13– Imobilizado	41
4.14- Intangível	45
4.15– Fornecedores e Contas a pagar.....	49
4.16- Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	49
4.17– Leasing.....	53
4.18- Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	53
4.19- Arrendamentos, concessões e subconcessão	53
4.20- Demais passivos	55
4.21- Dividendos propostos	55
4.22- Patrimônio líquido.....	56
4.23- Receita de serviços prestados.....	56
4.24- Custo dos serviços prestados.....	57
4.25- Receitas (despesas) operacionais	57
4.26- Resultado financeiro.....	59
4.27- Imposto de renda e contribuição social	59
4.28- Informações por segmento de negócios e receitas por área geográfica	62
4.29- Benefícios a Empregados.....	64
4.30- Instrumentos financeiros.....	65
4.31- Compromissos.....	69
4.32 – Eventos Subsequentes.....	69
4.33 - Administração - Conselheiros e Diretores	71

1 - Relatório da Administração

Mensagem do Presidente

O ano de 2016 foi de grandes aprendizados. O cenário econômico adverso e a quebra das safras de milho no país e da soja no corredor Centro-Norte trouxeram grandes desafios para a companhia. Fechamos o ano com redução de 8% no volume de ferrovias e de 12% no volume dos portos, em comparação com o ano anterior. Esse foi o principal motivo que não nos permitiu alcançar o resultado de crescimento previstos para 2016. Apesar da redução do volume, nosso EBITDA cresceu 9% comparado ao ano anterior. Este resultado se deve ao forte trabalho desenvolvido por nosso time, com foco em eficiência e redução de custos.

Fechamos o ano com grandes expansões em nossas operações, com a inauguração dos terminais integradores Porto Nacional e Palmeirante e o início da operação no Porto do Pecém (CE). No Tiplam, nosso maior investimento de capital, tivemos o início da operação do projeto de expansão, com a descarga de milho e açúcar. Já no terminal de Uberaba, maior e mais moderno terminal integrador da América Latina, tivemos o início da operação de açúcar. Esses e outros investimentos que estão em andamento darão suporte ao nosso crescimento nos próximos anos.

Marcello Magistrini Spinelli
Diretor-Presidente

1. Síntese do Resultado 2016

Principais Indicadores Econômicos e Operacionais					
<i>(em Milhões de R\$)</i>	2013	2014	2015	2016	Δ
Receita Bruta	3.096	3.669	4.060	4.163	3%
Receita Líquida	2.629	3.120	3.491	3.554	2%
EBITDA	638	1.075	1.354	1.471	9%
Resultado Exercício	326	295	431	294	-32%
Volume Ferrovia (Milhões de TKU)	29.732	32.157	34.850	32.212	-8%
Volume Ferrovia (Mil TU)	46.429	48.862	50.020	48.115	-4%
Volume Porto (Mil TU)	21.496	27.415	29.016	25.540	-12%
Dívida Líquida	0	0	2.147	3.998	86%
Margem EBITDA	24%	34%	39%	41%	2,6 p.p
Margem Lucro	12%	9%	12%	8%	-4,1 p.p
Dívida Líquida / EBITDA	-	-	1,59	2,72	-

Mesmo com o cenário político e econômico adverso e as perdas de volume no ano de 2016, a VLI obteve um crescimento de 9% no EBITDA, alcançando a maior margem de EBITDA de sua história, no valor de 41%. Este resultado está relacionado aos esforços de negociação e ganhos na receita e especialmente no controle de custos e despesas, com ações de melhoria na produtividade, eficiência no uso dos recursos e renegociação de contratos.

O Lucro Líquido foi menor do que nos anos anteriores, impactado pelo aumento nas despesas financeiras em função das novas dívidas e pelo crescimento da depreciação com a entrada dos novos ativos.

Nas ferrovias, o aumento no custo variável unitário de 1,6% foi abaixo do reajuste acumulado do diesel de 4,7%, refletindo os ganhos em produtividade e melhoria de processos para redução de consumo. Além disso, os investimentos em renovação da frota e melhorias operacionais também impactaram positivamente os índices de eficiência energética das locomotivas, contribuindo para a redução dos custos com diesel e aumento da margem de contribuição.

Nos portos, o aumento do custo variável unitário foi de 2,9%, abaixo da inflação, com ganhos em revisão de contratos e melhor mix de cargas. Nos terminais de transbordo, o custo variável unitário apresentou um aumento em função de pressões inflacionárias e menor produtividade com as perdas de volume.

O custo fixo apresentou crescimento de 4,7%, abaixo da inflação no período, com ganhos de eficiência e produtividade, renegociação de preços e escopo em contratos, proporcionando um impacto positivo no EBITDA, que apresentou crescimento superior aos ganhos na receita. O aumento no custo fixo está relacionado ao aumento de pessoal operacional, contratos de serviços e seguros para suportar as novas operações.

As Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas, compostas principalmente por gastos de pessoal e administrativos para suporte à operação, tiveram redução de 19,0% em relação ao ano anterior, demonstrando os esforços de redução sustentável das despesas a partir da melhoria dos processos e da tecnologia. Nos últimos quatro anos, a proporção entre Despesa com Vendas, Gerais e Administrativas e Receita Líquida vem sendo reduzida de forma sistemática, confirmando o trabalho de redução de despesas corporativas.

2. Investimentos

Em 2016, a VLI manteve os principais investimentos planejados, garantindo as entregas previstas no Plano de Negócios. No entanto, devido ao cenário de mercado, algumas decisões foram postergadas para 2017, sem impactos no Plano de Negócios de longo prazo da companhia. Os principais investimentos (execução de projetos e manutenção) somaram R\$ 2,547 bilhões em 2016, sendo R\$ 2,1 bilhões para a execução de projetos (investimentos de capital) e R\$ 446 milhões para manutenção das operações existentes (investimentos de manutenção).

O ano de 2016 foi fundamental para a companhia, com a entrega de grandes projetos, como os três terminais integradores Porto Nacional, Palmeirante e Uberaba, chegada de material rodante, além de ampliação de pátios e novos ramais ferroviários. Estes projetos são fundamentais para o suporte do crescimento de volume previsto para os próximos anos. Outros projetos, como a expansão do porto Tiplam e as oficinas de manutenção de vagões e locomotivas, tiveram avanços importantes para garantir o plano de crescimento.

Com o objetivo de criar uma nova alternativa portuária em Santos, o projeto de expansão do Tiplam complementa a integração logística do corredor Centro-Sudeste, com terminais integradores e a capacitação ferroviária, ampliando sua capacidade de exportação de grãos e açúcar e de importação de fertilizantes. O projeto saiu de 70,9% em 2015 para 96,8% em 2016; recebeu sua primeira carga de importação de enxofre no novo pátio em junho e armazenou os primeiros volumes de açúcar (em novembro) e de milho (em dezembro), que chegaram através de composições ferroviárias. Em janeiro de 2017 foram embarcados os primeiros navios de grãos com os produtos armazenados para exportação.

3. Gestão de Pessoas

O ano de 2016 foi de grande importância para os processos de Gestão de Pessoas, trazendo resultados expressivos em várias frentes: Desenvolvimento de Liderança, Gestão por Competências, Capacitação e Atratividade de Talentos. Foi um ano também de destaque para consolidação da Cultura VLI, uma vez que todas essas frentes são executadas tendo como base a Missão, a Visão e os Valores da companhia. No quesito educação foram alcançados importantes marcos como mostram as 1.364 turmas realizadas, com recorde de 17.516 participações. Todas as ações de educação, treinamento e capacitação são mapeadas conforme o público alvo e divididas em Operacional, Staff, Liderança e em demandas estratégicas, que podem surgir ao longo do ano.

Quanto a Saúde e Segurança, o ano apresentou grandes desafios. Apesar do incremento da operação de três novos terminais integradores, início de operação no Porto Pecém e do pico da obra do nosso maior projeto (Tiplam), a maturidade do processo de gestão de

saúde e segurança e as ações preventivas da VLI permitiram que obtivéssemos uma redução de 2,12% na taxa de acidentes pessoais em relação a 2015.

4. Responsabilidade Social

A VLI compartilha o respeito pela vida e promove a responsabilidade socioambiental por meio do desenvolvimento de programas e ações voltadas ao apoio às comunidades lindeiras às nossas operações. Sempre com foco em segurança, a VLI, por meio de programas de prevenção de acidentes e com a manutenção permanente do diálogo junto às comunidades e ao público interno, trabalha de forma integrada para buscar e aperfeiçoar as melhores práticas de segurança na gestão e operação de seus ativos. Iniciativas sociais do Grupo VLI foram implementadas na área de influência da companhia tais como: Estação do Esporte, Horta na Escola, Parceiro Caminhoneiro, Transportando Conhecimento, VLI Solidária, com milhares de pessoas alcançadas.

5. Meio Ambiente

O ano de 2016 foi marcado pelo início do Plano Diretor de Meio Ambiente da VLI. É um projeto estratégico que estabelece um planejamento plurianual para cada tema da área, fornecendo diretrizes claras para que a empresa atinja a excelência operacional em cinco anos, a partir de 2016. A aderência das ações propostas para o primeiro ano foi acima do esperado. Nos indicadores ambientais a VLI obteve, novamente, grande evolução nos números de consumo de água - que caiu substancialmente -, resultado do combate a vazamentos e desperdícios. É o quarto ano consecutivo em que o consumo de água é reduzido, apesar do crescimento da empresa, do aumento de cargas transportadas nas ferrovias e do aumento das cargas movimentadas nos portos e terminais.

Em 2016, o Programa Selo Verde, criado para adequar as edificações da ferrovia ao conceito de Edificação Eficiente, foi expandido para novas localidades. Em uma destas unidades, por exemplo, em 2016, foi computado benefícios como redução de 57% do consumo de energia com lâmpadas, economia de 334 KWh por ano e de 49% dos gastos com iluminação. Além deste, a VLI mantém em operação projetos relacionados a emissão de Ruídos e Vibrações, Emissões Atmosféricas, monitoramento da qualidade do Ar e Educação Ambiental.

6. Auditores Independentes

A política de atuação do Grupo na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos nossos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Esses princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A contratação dos nossos auditores independentes foi aprovada por nosso Conselho de Administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se exclusivamente à auditoria das demonstrações financeiras e revisão limitada das Informações Trimestrais - ITR do Grupo.

Belo Horizonte, 22 de março de 2017.

A Administração

2 - Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **VLI S.A.**
Belo Horizonte – Minas Gerais

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da VLI S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da VLI S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4.1.2, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), por meio da resolução 4.131 de 3 de julho de 2013, alterada pelas resoluções 4.160 e 4.750 e da Deliberação 29, de 21 de janeiro de 2016, definiu as diretrizes de contabilização decorrente da devolução de aproximadamente 3.800 quilômetros de trechos que compõem a malha ferroviária sob a concessão da Companhia, dos quais sete trechos são considerados “antieconômicos” e seis trechos “economicamente viáveis”. De acordo com a referida deliberação, parte das possíveis mutações patrimoniais relacionada à transferência de propriedade do bem dado em pagamento em decorrência deste assunto, somente terá sua cessão permitida após elaboração de instrumentos jurídicos, que não ocorreram até a conclusão dos nossos trabalhos. Os efeitos desse assunto sobre as demonstrações financeiras ocorrerão

quando da aprovação dos projetos e dos respectivos cronogramas pelo Poder Concedente. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas às demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões

estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 22 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRC MG-058176/O-0

3 – Demonstrações financeiras

VLI S.A. BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em dezembro de 2016 e 2015.

Em milhares de Reais	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4.4	448.084	1.042.598	4.052	146.584
Contas a receber	4.5	427.494	314.285	12.845	12.734
Estoques	4.7	72.503	60.432	-	-
Tributos a recuperar	4.8	214.172	320.493	7.171	21.572
Dividendos a receber	4.10	-	-	153.129	83.398
Sinistro a recuperar	4.9	103.243	91.142	-	-
Demais Ativos	4.9	79.340	134.562	2.671	6.916
		<u>1.344.836</u>	<u>1.963.512</u>	<u>179.868</u>	<u>271.204</u>
Não circulante					
Contas a receber	4.5	572.904	508.633	33	33
Depósitos judiciais	4.11	254.896	214.323	121	29
Tributos a recuperar	4.8	260.373	171.223	16.717	-
Imposto de Renda e Contribuição social diferidos	4.27(a)	212.718	213.821	2.730	-
Contas a receber da RFFSA (União)	4.11(a)	87.230	81.830	-	-
Demais Ativos	4.9	129.262	45.721	3.639	-
Investimentos	4.12	-	-	8.755.476	8.396.509
Imobilizado	4.13	6.980.415	5.619.482	7.529	7.879
Intangível	4.14	5.333.997	4.741.797	18.300	19.364
		<u>13.831.795</u>	<u>11.596.830</u>	<u>8.804.545</u>	<u>8.423.814</u>
Total do ativo		<u>15.176.631</u>	<u>13.560.342</u>	<u>8.984.413</u>	<u>8.695.018</u>
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Empréstimos e Financiamentos	4.16	414.555	18.549	-	80
Debêntures	4.16	23.958	22.439	-	-
Leasing	4.17	33.059	41.246	-	-
Fornecedores	4.15	626.461	601.882	668	2.191
Contas a pagar	4.15	168.216	42.638	-	-
Obrigações Fiscais, sociais e trabalhistas	4.18	136.887	271.116	2.023	7.610
Arrendamentos, concessões e subconcessão	4.19	50.059	45.125	-	-
Dividendos propostos	4.21	168.582	102.284	166.164	98.746
Demais passivos	4.20	98.970	68.619	224	470
		<u>1.720.747</u>	<u>1.213.898</u>	<u>169.079</u>	<u>109.097</u>
Não circulante					
Empréstimos e Financiamentos	4.16	3.462.387	2.804.960	-	-
Debêntures	4.16	545.319	343.475	-	-
Leasing	4.17	-	31.671	-	-
Fornecedores	4.15	16.075	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	4.27(a)	17.963	20.248	-	-
Provisão para processos judiciais	4.11	45.081	65.358	-	-
Benefícios a empregados	4.29	69.309	32.044	32.850	16.379
Arrendamentos, concessões e subconcessão	4.19	172.161	161.268	-	-
Demais passivos	4.20	52.313	27.584	558	658
		<u>4.380.608</u>	<u>3.486.608</u>	<u>33.408</u>	<u>17.037</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	4.22	8.069.091	8.069.091	8.069.091	8.069.091
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(20.619)	(18.617)	(20.619)	(18.617)
Reservas de Capital		(13.281)	(13.281)	(13.281)	(13.281)
Reservas de lucros		746.735	531.691	746.735	531.691
		<u>8.781.926</u>	<u>8.568.884</u>	<u>8.781.926</u>	<u>8.568.884</u>
Participação dos não controladores		293.350	290.952	-	-
Patrimônio líquido		<u>9.075.276</u>	<u>8.859.836</u>	<u>8.781.926</u>	<u>8.568.884</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>15.176.631</u>	<u>13.560.342</u>	<u>8.984.413</u>	<u>8.695.018</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em dezembro de 2016 e 2015.

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma		Consolidado		Controladora	
	Notas	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita líquida de serviços prestados	4.23	3.553.651	3.491.071	-	-
Custo dos serviços prestados	4.24	(3.169.896)	(2.868.593)	-	-
Lucro bruto		383.755	622.478	-	-
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	4.25(b)	(14.727)	(22.431)	(1.638)	(12.098)
Gerais e administrativas	4.25(a)	(126.701)	(161.720)	(20.966)	(40.274)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4.25(c)	286.014	85.056	22.591	61.191
		<u>144.586</u>	<u>(99.095)</u>	<u>(13)</u>	<u>8.819</u>
Lucro (Prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		528.341	523.383	(13)	8.819
Resultado de Equivalência Patrimonial	4.12	-	-	276.104	366.295
Resultado financeiro	4.26	(145.533)	74.417	6.616	48.648
Despesas financeiras		(255.086)	(73.497)	(435)	(949)
Receitas financeiras		68.303	114.670	4.605	48.830
Receitas (despesas) com variação monetária/cambial		41.250	33.244	2.446	767
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		382.808	597.800	282.707	423.762
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.27(b)	(88.761)	(167.134)	1.158	(7.990)
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes		(131.614)	(207.313)	(1.572)	(7.990)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos		1.181	22.951	2.730	-
Incentivos fiscais		41.672	17.228	-	-
Lucro líquido do exercício		294.047	430.666	283.865	415.772
Atribuível a:					
Acionistas do Grupo		283.865	415.772	283.865	415.772
Participação dos não-controladores	4.12	10.182	14.894	-	-
		<u>294.047</u>	<u>430.666</u>	<u>283.865</u>	<u>415.772</u>
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações em Reais – R\$	4.22	31,93	46,76	31,93	46,76

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em dezembro de 2016 e 2015.

Em milhares de Reais	Consolidado		Controladora	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro líquido do exercício	<u>294.047</u>	<u>430.666</u>	<u>283.865</u>	<u>415.772</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>294.047</u>	<u>430.666</u>	<u>283.865</u>	<u>415.772</u>
Atribuível a:				
Acionistas do Grupo	283.865	415.772	283.865	415.772
Participação dos não-controladores	<u>10.182</u>	<u>14.894</u>	-	-
	<u>294.047</u>	<u>430.666</u>	<u>283.865</u>	<u>415.772</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em dezembro de 2016 e 2015.

Em milhares de Reais

	Atribuível aos acionistas da controladora						Participação dos não-controladores	Total do patrimônio líquido	
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva legal	Reservas Reserva de retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados			Total
Em 01 de janeiro de 2015	8.069.091	(13.281)	14.213	202.536	(20.701)	-	8.251.858	279.596	8.531.454
Resultado abrangente do exercício									
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	415.772	415.772	14.894	430.666
Reversão de previdência privada de investidas	-	-	-	-	2.084	(2.084)	-	-	-
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	2.084	413.688	415.772	14.894	430.666
Contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas									
Constituição de reservas	-	-	20.789	294.153	-	(314.942)	-	-	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(98.746)	(98.746)	(3.538)	(102.284)
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015	8.069.091	(13.281)	35.002	496.689	(18.617)	-	8.568.884	290.952	8.859.836
Em 01 de janeiro de 2016	8.069.091	(13.281)	35.002	496.689	(18.617)	-	8.568.884	290.952	8.859.836
Resultado abrangente do exercício									
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	283.865	283.865	10.182	294.047
Outros resultados abrangentes									
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(2.002)	(1.403)	(3.405)	(5.366)	(8.771)
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	(2.002)	282.462	280.460	4.816	285.276
Contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas									
Constituição de reservas	-	-	14.193	200.851	-	(215.044)	-	-	-
Dividendos (a)	-	-	-	-	-	(67.418)	(67.418)	(2.418)	(69.836)
Em 31 de dezembro de 2016	8.069.091	(13.281)	49.195	697.540	(20.619)	-	8.781.926	293.350	9.075.276

(a) O montante de dividendos mínimos propostos para os acionistas será de: R\$ 67.418, que corresponde a R\$ 7,58 (Sete reais e cinquenta e oito centavos) por lote de mil ações.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em dezembro de 2016 e 2015.

Em milhares de Reais	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	294.047	430.666	283.865	415.772
Ajustes:				
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(276.104)	(366.295)
Depreciação e amortização	942.214	830.847	1.420	2.533
Provisão para perdas e processos judiciais	(21.585)	(2.060)	-	(11)
Despesas (receitas) com variação monetária/cambial	(41.250)	(33.244)	(2.446)	(767)
Despesas de arrendamento e concessão	1.825	1.825	-	-
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado	(17.157)	(28.368)	-	-
Baixa de Ativos	23.266	(10.000)	-	-
Receitas diferidas	(1.667)	(417)	(100)	(100)
Despesa da obrigação de benefício	33.224	(10.344)	14.633	(3.288)
Ajuste a Valor Presente	(6.841)	(4.686)	-	8.709
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	(1.182)	(22.951)	(2.730)	-
Imposto de Renda - Incentivo fiscal	(41.673)	(17.228)	-	-
Despesas Financeiras - juros s/ empréstimos	216.551	45.247	-	-
Despesas Financeiras - Leasing	3.754	-	-	-
	1.383.526	1.179.287	18.538	56.553
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	(163.414)	(71.879)	(111)	150
Estoques	(6.436)	2.082	-	-
Tributos a recuperar	30.279	(186.809)	132	(14.473)
Depósitos judiciais	(21.121)	(18.877)	(88)	(28)
Dividendos a receber	-	-	-	57.998
Sinistros a recuperar	(12.101)	(37.570)	-	-
Demais ativos	(31.411)	(25.712)	606	28.252
Fornecedores	48.503	(25.880)	(1.525)	(9.429)
Contas a pagar	125.578	42.638	-	-
Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	(96.507)	94.119	(5.590)	(12.840)
Benefícios a empregados	4.041	27.051	1.838	-
Arrendamentos, concessões e subconcessão	4.934	3.193	-	-
Demais Passivos	56.747	27.031	(245)	(4.253)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.322.618	1.008.674	13.555	101.930
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Recebimento pela venda de imobilizado	20.212	51.730	-	-
Aporte de Capital em controlada	-	-	(156.000)	-
Compra de ativo imobilizado e intangível	(2.743.309)	(3.095.470)	(7)	(1.931)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	(656.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(2.723.097)	(3.043.740)	(156.007)	(657.931)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de Empréstimos com instituições financeiras	1.064.847	2.085.559	-	-
Pagamentos Empréstimos e Financiamentos	(58.835)	-	(80)	80
Pagamentos Leasing	(43.612)	-	-	-
Juros Pagos Empréstimos e Financiamentos	(144.126)	(86.126)	-	-
Dividendos pagos	(12.309)	(71.986)	-	(67.512)
Caixa líquido proveniente das (aplicadas nas) atividades de financiamento	805.965	1.927.447	(80)	(67.432)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(594.514)	(107.619)	(142.532)	(623.433)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.042.598	1.150.217	146.584	770.017
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	448.084	1.042.598	4.052	146.584

Durante o ano de 2016 foram recolhidos tributos sobre o lucro no montante de R\$ 133.623. (R\$ 133.701, durante o ano de 2015)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em dezembro de 2016 e 2015.

Em milhares de Reais	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas				
Vendas brutas de serviços	4.161.240	4.056.922	-	-
Outras receitas (despesas)	494.074	271.111	23.775	71.232
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/constituição	(4.327)	3.128	-	11
	<u>4.650.987</u>	<u>4.331.161</u>	<u>23.775</u>	<u>71.243</u>
Menos: Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados	(442.255)	(227.204)	-	(12.910)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.977.616)	(2.038.284)	(931)	(5.419)
Provisão para perdas, principalmente processos judiciais, líquida de reversões	25.599	(11.573)	-	-
Outros	(36.198)	(41.911)	(772)	(5.590)
	<u>(2.430.470)</u>	<u>(2.318.972)</u>	<u>(1.703)</u>	<u>(23.919)</u>
Valor Adicionado bruto	<u>2.220.517</u>	<u>2.012.189</u>	<u>22.072</u>	<u>47.324</u>
Depreciação, amortização e exaustão	(942.214)	(830.847)	(1.420)	(2.533)
Valor Adicionado líquido produzido pela entidade	<u>1.278.303</u>	<u>1.181.342</u>	<u>20.652</u>	<u>44.791</u>
Valor Adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações societárias	-	-	276.104	366.295
Receitas financeiras e Variações Cambiais	128.932	167.086	7.056	49.597
	<u>128.932</u>	<u>167.086</u>	<u>283.160</u>	<u>415.892</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>1.407.235</u>	<u>1.348.428</u>	<u>303.812</u>	<u>460.683</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	512.880	552.379	20.110	35.605
Impostos, Taxas e Contribuições	330.740	276.069	(275)	9.142
Remuneração de Capitais de Terceiros	269.567	89.314	112	164
Remuneração de Capital próprio - Lucro líquido do exercício	294.048	430.666	283.865	415.772
	<u>1.407.235</u>	<u>1.348.428</u>	<u>303.812</u>	<u>460.683</u>
Valor Adicionado distribuído	<u>1.407.235</u>	<u>1.348.428</u>	<u>303.812</u>	<u>460.683</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4 - Contexto Operacional

A VLI S.A. (“VLI” ou “Grupo”), com sede na cidade de São Paulo (SP), tem por objeto social a prestação de serviços de transporte integrado de cargas através dos modais ferroviário e multimodal, serviços portuários e de agenciamento portuário e em particular, a prestação de serviços de transporte integrando terminais rodo ferroviários, ferrovias e terminais portuários. A prestação destes serviços é realizada por meio de ativos e pessoal próprio, de suas subsidiárias e por contratação de terceiros.

4.1– Grupo VLI

4.1.1 - VLI Multimodal S.A.

A VLI Multimodal S.A. (“VLI Multi”) com sede na cidade do Rio de Janeiro (RJ), é controlada pela VLI, que detém 100% do seu capital social, e tem por objeto social as seguintes atividades:

- (i) Prestação de serviços de transporte integrado de cargas, através dos modais ferroviário e rodoviário, dentre outros, isoladamente ou combinados entre si, de forma intermodal ou multimodal, inclusive atuando como operador de transporte multimodal - OTM;
- (ii) Construção, conservação, manutenção e monitoramento, operação e exploração de ferrovias e;
- (iii) exploração de atividades relacionadas direta ou indiretamente a serviços de transporte de carga, tais como: carga, descarga e transbordo, gestão e administração de terminais rodoviários e ferroviários, permitindo a movimentação e armazenagem de mercadorias e contêineres, agenciamento de cargas, incluindo a contratação de espaço para embarques rodoviários, ferroviários, marítimos e portuários, projetos logísticos para o transporte de carga, transporte rodoviário de carga de produtos perigosos ou não.

Em 29 de abril de 2015, a VLI S.A aumentou o capital social da VLI Multi em R\$ 2.336.631, mediante a emissão de 107.006.983 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, relativas a sua participação.

Em 30 de novembro de 2016, foi aprovada em assembleia geral extraordinária a incorporação da VLI Operações Portuárias, nos termos do protocolo de incorporação e justificação, passando a VLI Multi a suceder a incorporada em todos os direitos e obrigações, com a consequente extinção da companhia incorporada. O acervo líquido patrimonial da incorporação foi de R\$ 1.172.531.

As acionistas da incorporada, em substituição às ações por elas detidas na VLI Operações Portuárias, receberam novas ações na mesma proporção das respectivas participações na incorporada. A relação de substituição de ações da VLI Multi será de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal para cada ação ordinária nominativa e sem valor nominal da incorporada, conforme premissas detalhadas no Protocolo de Incorporação, e mantidas as atuais proporções de participação no capital social da VLI Multi.

Em decorrência da incorporação as seguintes participações acionárias foram transferidas para a VLI Multi:

- VLI Soluções S.A. - 999 (novecentas e noventa e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 99,99% (noventa e nove vírgula noventa e nove por cento) do capital social.
- TUF Empreendimentos e Participações - 1.122.929.587 (um bilhão cento e vinte e duas milhões novecentas e vinte e nove mil quinhentas e oitenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 81,01% (oitenta e um vírgula zero um por cento) do capital social.

4.1.2 Ferrovia Centro-Atlântica S.A.

A Ferrovia Centro-Atlântica S.A. ("FCA", ou "Ferrovia Centro-Atlântica"), é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de Belo Horizonte (MG), tem por objeto social principal a prestação de serviços de transporte ferroviário, a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem, transbordo e atuação como operador portuário. A FCA é controlada direta da VLI Multimodal S.A., que detém 99,99% de seu capital social.

De acordo com o contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes, em 28 de agosto de 1996, a FCA obteve a concessão para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Centro-Leste, conforme processo de privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA (doravante "RFFSA"), até agosto de 2026 podendo ser renovada por mais 30 anos, determinado pelo Edital nº A-3, de 28 de março de 1996, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para atender ao Programa Nacional de Desestatização.

Concomitantemente, a FCA celebrou, em 28 de agosto de 1996, contrato com a RFFSA para arrendamento dos bens operacionais vinculados à prestação do serviço de transporte de cargas da Malha Centro-Leste, até agosto de 2026 renovável por mais 30 anos.

Adicionalmente, em 28 de junho de 2005, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT (doravante denominada "ANTT") autorizou a cisão parcial de ativos da concessão e arrendamento da Ferrovias Bandeirantes S.A. - Ferroban (doravante denominada "Ferroban"), que compreende a operação do trecho ferroviário entre os municípios de Araguari/MG e Boa Vista Nova/SP, denominado Malha Paulista.

No exercício de 2005, a Companhia incorporou ao ativo imobilizado os bens relacionados ao referido trecho, bem como o montante pago à Ferroban relativo ao direito de exploração da Malha Paulista. A FCA vinha operando este trecho desde 2002, através de acordo operacional com a Ferroban.

Foi anunciada no dia 3 de julho de 2013, pelo Governo Federal, a Resolução Nº 4.131 da ANTT, que autoriza a FCA a proceder com a desativação e devolução de trechos ferroviários. A FCA devolverá um total de 13 trechos entre eles: 7 considerados antieconômicos e 6 trechos ferroviários viáveis. A ANTT estabelecerá valor máximo de dispêndio anual com os investimentos nos trechos remanescentes, de maneira a garantir a estabilidade econômico-financeira da concessão.

A desativação dos seis trechos atenderá a um cronograma aprovado pela ANTT, garantindo à FCA sua capacidade operacional nos novos trechos do PIL (Programa de Investimento em Logística), de forma a dar continuidade aos volumes previstos para atender aos atuais usuários do transporte ferroviário. Além disso, a FCA continuará pagando trimestralmente os devidos valores

referentes ao arrendamento e à concessão da malha até o término do contrato com o Governo Federal.

Os trechos antieconômicos foram devolvidos, em 2014, em conformidade com ANTT e os trechos viáveis economicamente serão desativados somente após a realização de novas licitações. Os trechos envolvidos conforme a resolução são os seguintes :

I – Trechos antieconômicos:	II– Trechos viáveis:
1. Paripe (BA) – Mapele (BA)	8. Alagoinhas (BA) – Juazeiro (BA)
2. Ramal do Porto de Salvador	9. Alagoinhas(BA) – Propriá (SE)
3. Sabará (MG) – Miguel Burnier (MG)	10. Cachoeiro de Itapemirim (ES) – Vitória (ES)
4. Barão de Camargos (MG) – Lafaiete Bandeira(MG)	11. Barão de Angra (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ) - Cachoeiro de Itapemirim (ES), incluindo Recreio – Cataguases
5. Biagópolis (SP) – Itaú(MG)	12. Visconde de Itaboraá (RJ) - Campos dos Goytacazes (RJ)
6. Ribeirão Preto (SP) – Passagem (SP)	13. Corinto (MG) a partir do km 1.015 + 000 – Alagoinhas (BA)
7. Cavarú (RJ) – Ambaí (RJ)	

Em 21 de janeiro de 2016 a ANTT definiu, através da Deliberação nº 29, diretrizes para contabilização dos reinvestimentos a serem executados pela Ferrovia Centro-Atlântica S.A. no trecho Centro-Leste. A Agência deliberou diretrizes de contabilização para fins regulatórios e controle do saldo devedor dos passivos devidos pela FCA à União Federal.

As principais diretrizes apresentadas foram:

O valor total autorizado para a execução das obras constantes do Anexo I, da Deliberação ANTT nº 284/2015, deverá corresponder ao valor da indenização atualizado, considerando inicialmente a data base de março de 2012.

Cada obra será registrada em conta contábil específica, respeitado o Plano de Contas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Ferroviária Federal, de forma que permita o controle e fiscalização por parte da Agência.

O registro da baixa contábil do bem será pelo valor efetivamente incorrido pela FCA para a execução da obra, e se dará mediante a Quitação da Obra, que ocorre com a conclusão, recebimento pela ANTT e transferência de propriedade.

Para o controle do saldo da indenização deverá ser observado o valor autorizado para a execução da obra que será atualizado pela variação do IPCA a partir da data-base informada no Ato Autorizativo, até o final do prazo definido para a Quitação da Obra.

A Concessionária deverá divulgar em notas explicativas às Demonstrações Financeiras, demonstrativo atualizado contendo o saldo da indenização, de modo que fiquem evidenciados as seguintes informações: valor inicial da indenização a preços de março de 2012, valor da atualização, valor dos bens dados em pagamento no período e saldo devedor atualizado.

Em 29 de dezembro de 2016, em atendimento ao ofício enviado pela Superintendência de Acompanhamento de Empresas da BM&FBOVESPA S.A., a FCA comunicou fato relevante ao mercado que sua administração submeterá à Assembleia Geral, que deliberará sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2016, proposta acerca do grupamento das ações como procedimento para enquadrar a cotação das ações, nos termos do item 5.2.f do Regulamento para listagem de emissores e admissão à negociação de valores mobiliários da BM&FBOVESPA, que versará sobre o procedimento proposto para o grupamento, fator de grupamento a ser utilizado, o tratamento que será dado às frações e a composição do capital social da FCA após o grupamento.

O fator de grupamento será calculado de modo a garantir que o patamar de cotação das ações de emissão da FCA fique conforme sugerido pela BM&FBOVESPA na Orientação sobre Procedimentos para Grupamento de Valores Mobiliários (“Orientação”). Será assegurado a eventuais detentores de frações de ações da FCA em decorrência do grupamento, no mínimo, uma nova ação, por meio do tratamento de frações a ser disposto na proposta da administração. O grupamento das ações da Companhia visa mitigar o risco de volatilidade excessiva da cotação das ações de emissão da Companhia em razão do seu baixo valor atual de negociação na BM&FBOVESPA, bem como adequar a cotação das ações da Companhia, conforme previsto no Regulamento e na Orientação, e nos termos do Ofício, a fim de que o valor de cada ação negociada seja superior a R\$1,00.

4.1.3 Ferrovia Norte Sul S.A.

A Ferrovia Norte Sul S.A. (“FNS”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em Assembleia Geral realizada em 7 de dezembro de 2007. Foi registrada na Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA em 14 de dezembro de 2007, sendo regida por Estatuto Social, pela Lei das Sociedades por Ações, pela Lei de Concessões e Permissões de Serviços Públicos e demais leis e regulamentos aplicáveis. A FNS tem sede na Cidade de São Luís (MA) e prazo indeterminado de duração, que não pode ser inferior ao prazo de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Subconcessão, com duração de 30 anos.

A FNS tem como objeto social realizar a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão. Este contrato foi celebrado entre a FNS e a VALEC - Engenharia Construções e Ferrovias S.A. (“VALEC”), sociedade por ações controlada pela União Federal e supervisionada pelo Ministério dos Transportes, para operar o trecho de 720 quilômetros de extensão, entre Açailândia (MA) e Palmas (TO).

Em 29 de dezembro de 2015, a VLI Multimodal S.A. assumiu integralmente o controle acionário da Ferrovia Norte Sul S.A, mediante conferência ao capital social da VLI Multimodal S.A. pela VLI S.A. de 357.565.023 ações ordinárias de emissão da Ferrovia Norte Sul S.A. e de propriedade da VLI S.A., para integralização de 18.524.575.139 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da VLI Multimodal S.A. emitidas na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2015.

4.1.4 VLI Operações Portuárias S.A.

A VLI Operações Portuárias S.A. (“VOP”) foi constituída em 11 de outubro de 2010, com sede na cidade de Belo Horizonte (MG), tendo iniciado suas atividades operacionais em janeiro de 2012. É controlada pela VLI S.A., que detém 99,99% do seu capital social, tendo como atividades preponderantes:

- (i) Construção, operação e exploração de terminais marítimos próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, permitindo a movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, e também provendo serviços de apoio a navios na área do porto;
- (ii) Explorar, com embarcações próprias ou alheias, o comércio marítimo de longo curso, cabotagem e fluvial no transporte de cargas em geral, inclusive navegação de apoio portuário;

A partir de 30 de novembro de 2016, como resultado da incorporação societária e com a consequente extinção da VLI Operações Portuárias S.A., todas as operações e atividades foram transferidas para a VLI Multimodal S.A., que passou a suceder a VOP em todos os seus direitos e obrigações, sem qualquer solução de continuidade.

4.1.5 TUF Empreendimentos e Participações S.A

A TUF Empreendimentos e Participações S.A. ("TUF") é uma sociedade por ações e foi constituída em 27 de março de 2012, com sede na cidade de Cubatão (SP), tendo por objeto social:

- (i) Construção, operação e exploração de terminais marítimos próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, permitindo a movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, bem como a provisão de serviços de apoio a navios na área do porto;
- (ii) Exploração do comércio marítimo de longo curso, cabotagem e fluvial no transporte de cargas em geral, inclusive navegação de apoio portuário; a exploração, direta ou indiretamente, de serviços de transporte e movimentação de carga, tais como: carga, descarga e transbordo, gestão e administração de terminais rodoviários e ferroviários, permitindo a movimentação e armazenagem de mercadorias próprias e de contêineres, agenciamento de cargas, incluindo a contratação de espaço para embarques rodoviários, ferroviários, marítimos e portuários, transporte rodoviário de carga de produtos perigosos ou não.

A partir da incorporação da VLI Operações Portuárias, realizada em 30 de novembro de 2016, a TUF passou a ser controlada diretamente pela VLI Multimodal S.A., que passou a deter 81,01% do seu capital social.

4.1.6 Ultrafertil S.A

A Ultrafertil S.A. ("Ultrafertil") é uma companhia operacional que tem por atividades principais a manutenção, exploração, operação e gestão de instalação portuária de uso privado, utilizadas na movimentação e/ou armazenamento de carga própria e de terceiros destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, e de demais atividades previstas ou permitidas ao explorador de instalação portuária de uso privado misto.

4.2 – Base de preparação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada em 22 de março de 2017, pela Administração do Grupo, as quais serão submetidas para aprovação em Assembleia Geral Ordinária.

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS"), emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração do Grupo, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados e mensurados pelo valor justo.

c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

O Grupo preparou suas demonstrações financeiras com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras do Grupo incluem, portanto, estimativas referentes à provisão de perdas de contas a receber de clientes, provisão para perda de estoques, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para processos judiciais prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

d) Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial do Grupo, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira do Grupo, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

i. Redução do valor recuperável de ativos - A administração do Grupo adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "impairment", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "impairment".

ii. Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível - O Grupo reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual o Grupo espera geração de benefícios econômicos.

iii. Provisão para processos judiciais - O Grupo constituiu provisões para processos judiciais com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.

iv. Tributos diferidos sobre o lucro - O Grupo reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporária em seus demonstrativos financeiros. A constituição dos tributos diferidos sobre o lucro, ativos e passivos requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, o Grupo avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, custos operacionais.

v. Benefícios de planos de previdência privada - O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo

(receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

e) Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis do Grupo

Concessão e subconcessão

O Grupo segue as orientações da ICPC 01 e da OCPC 05 para contabilizar a concessão e a subconcessão dos serviços de transporte ferroviário e o arrendamento de bens vinculados à prestação desses serviços. A aplicação dessas interpretações e orientações técnicas requer julgamentos significativos por parte da administração do Grupo, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- i. Conclusão de que a essência econômica dos contratos de concessão e arrendamento é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário.
- ii. Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão ou da subconcessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.
- iii. Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("*price cap*") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "price-cap" é raramente atingido.
- iv. Conclusão de que os contratos de concessão e arrendamento oriundos da União (extinta RFFSA) são contratos de execução, devendo ser apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão, ao invés de registrados integralmente no momento inicial da concessão.
- v. Conclusão de não ser aplicável registrar no momento inicial da concessão nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, da concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

Para esses julgamentos, o Grupo considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

f) Pronunciamentos contábeis emitidos que não estão em vigor

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - entra em vigor em 1o de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - com vigência para 1o de janeiro de 2018, substitui a orientação no IAS 39- "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

IFRS 16 - "Leases", essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e

estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Esta norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e a administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

g) Transações que não afetam o caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o Grupo realizou atividades de investimentos não envolvendo caixa e equivalentes de caixa e que, portanto, não estão refletidas na Demonstrações de Fluxos de Caixa.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Leasing	-	72.917	-	-
Adição ao imobilizado em operações de leasing	-	72.917	-	-
Empréstimos e financiamentos	116.751	-	-	-
Adição ao imobilizado juros capitalizados na Ultrafértil S.A	116.751	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	61.608	-	-	-
Adição ao imobilizado em operações FINAME	61.608	-	-	-
Reconhecimento de Dividendos a Receber - Investimentos	-	-	69.732	-
Reconhecimento de Dividendos a Receber	-	-	69.732	-
Dividendos mínimos Propostos - Passivo Circulante	69.835	-	67.418	-
Proposta de Dividendos mínimos - Patrimônio Líquido	69.835	-	67.418	-
Adição de juros no principal da dívida (FINEM)	115.380	-	-	-
Capitalização de Juros (FINEM)	115.380	-	-	-

4.3 - Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras (controladora e consolidado) estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os períodos apresentados, salvo disposição ao contrário.

a) Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras do Grupo e de suas controladas diretas e indiretas.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas das empresas incluídas na consolidação, segundo a natureza de cada saldo, complementado pelas seguintes eliminações:

- Das participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as empresas;
- Dos saldos de contas correntes e outros integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas.

Investimentos em entidades controladas

Entidades controladas são aquelas, nas quais, de forma direta ou indireta a Controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para obtenção de benefícios de suas

atividades, normalmente acompanhada de uma participação de mais do que a metade dos direitos de voto (capital votante). Na consolidação das entidades controladas, a participação de terceiros é registrada no demonstrativo de patrimônio líquido, na rubrica de acionistas não controladores.

O uso do método de equivalência patrimonial será suspenso a partir da data em que o Grupo deixar de ter influência significativa sobre a coligada e deixar de ter controle sobre a até então controlada, exceto no balanço individual, se a investida passar de controlada para coligada. Quando o método de equivalência é suspenso, o investimento será tratado como instrumento financeiro de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Havendo perda de influência e do controle, o investimento remanescente na ex-coligada ou ex-controlada passará a ser avaliado pelo valor justo e o Grupo reconhece no resultado do exercício qualquer diferença entre:

(a) o valor justo do investimento remanescente, se houver, e qualquer montante proveniente da alienação parcial de sua participação na coligada e na controlada; e

(b) o valor contábil do investimento na data em que foi perdida a influência significativa ou foi perdido o controle.

Participação dos acionistas não controladores

O Grupo trata as transações com participações dos acionistas não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações dos acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido.

Quando o Grupo para de ter o controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

c) Ativos financeiros

Classificação e Mensuração

O Grupo classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Essa classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Grupo não possuía ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São

incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem “Caixa e equivalentes de caixa” e “contas a receber de clientes”. Os empréstimos e recebíveis são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método de taxa efetiva de juros.

Provisão para realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia, no decorrer do exercício, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (“*impairment*”).

d) Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas de clientes a receber são registradas inicialmente a valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos de estimativas de perdas para cobrir eventuais perdas na sua realização (“*Impairment*”).

A estimativa de perdas de créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em dados históricos de inadimplência.

Os ajustes a valor presente são calculados com base na diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à uma taxa de juros efetiva.

e) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor de reposição e, quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos, inservíveis ou sem movimentação. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel.

f) Tributos sobre o lucro

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para

determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

g) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas”.

Os juros e custos de transação referentes aos empréstimos, financiamentos e debêntures, relacionados ao projeto de expansão, foram apropriados no ativo imobilizado.

A vida útil dos bens está apresentada na Nota 4.13.

h) Intangível

I Direitos de Concessão

Está representado pela mais valia paga pela FCA para operar o trecho denominado malha paulista sendo amortizado usando-se o método linear pelo período restante da concessão, até agosto de 2026; e pela mais valia paga pela TUF na aquisição da Ultrafértil que detém autorização de operação do terminal portuário privado até dezembro de 2043.

II Direitos de subconcessão

Refere-se ao valor pago e a pagar para operar os trechos de subconcessão para FNS, entre Açailândia no Estado do Maranhão, até Palmas no Estado de Tocantins. A amortização se inicia quando o ativo está pronto para uso, que é quando entra em operação, pelo período remanescente do contrato de subconcessão. Também está representado pela mais valia paga pela FCA para operar o trecho denominado Malha Paulista, sendo amortizado usando-se o método linear pelo período restante da concessão, até agosto de 2037.

III Softwares adquiridos e Licenças

Os softwares e licenças adquiridos são registrados com base nos custos incorridos para aquisição e colocação dos mesmos disponíveis para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de três a cinco anos.

IV Benfeitorias em bens arrendados

Os custos com benfeitorias que são identificáveis, exclusivos e atribuíveis aos bens arrendados, são reconhecidos pelo seu custo histórico de aquisição ou construção e são amortizados, pelo método linear, ao longo do período de vigência do contrato de arrendamento ou pela estimativa de vida útil, dos dois o menor.

As estimativas de vida útil do intangível estão apresentadas na nota 4.14.

i) *Impairment* de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ("*Impairment*"), sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

j) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor total a pagar é reconhecido na demonstração de resultado.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os contratos de Leasing (arrendamento financeiro) são reconhecidos no Ativo Imobilizado e a dívida no passivo circulante ou não circulante, em função dos seus vencimentos. Os juros serão apropriados para a conta de despesas financeiras com base no período de competência.

k) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

l) Arrendamentos, concessões, subconcessão

No Brasil os serviços de transporte ferroviário de cargas e passageiros estão sujeitos a uma variedade de leis e normas, provenientes principalmente do Governo Federal por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A regulação dos serviços de transporte ferroviário no Brasil trata das relações entre o governo, as companhias ferroviárias, usuários/clientes. Os principais aspectos abordados pela regulação incluem segurança, responsabilidades e direitos dos usuários/clientes e operadores ferroviários.

A concessão dos trechos da FCA originou-se do processo de desestatização da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). Foram celebrados dois tipos de contratos com o poder concedente. O primeiro contrato trata da concessão dos serviços de transportes ferroviários de

cargas e passageiros onde são estabelecidos as cláusulas para operação e os valores de outorga que devem ser pagos ao poder concedente pela concessionária. O segundo contrato de arrendamento dos bens pré-existentes e operados pela RFFSA trata da vinculação destes na prestação dos serviços ferroviários de transportes de cargas e passageiros.

Para FCA embora existam dois contratos com formas jurídicas distintas (concessão e arrendamento), a essência econômica de ambos é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros. Sendo assim, os mesmos são tratados como sendo um só.

No caso da FNS, o contrato de subconcessão tem como objeto a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão (Nota 4.1.3).

As condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ITG 01 - Contratos de Concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, conforme estabelecido pelo Comunicado Técnico CTG 05 - Contratos de Concessão, considerando que:

I) O poder concedente não define a quem os serviços devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias, conforme cláusula 7ª do contrato de concessão.

II) O poder concedente não determina qual o preço deverá ser cobrado pelos serviços prestados. A base para precificação é o mercado, inclusive, são cobradas tarifas acessórias (transbordo, carga, descarga, armazenamento, etc.) para as quais não há qualquer mecanismo de controle e seu valor é negociado livremente.

E ainda conforme os esclarecimentos provenientes do Comunicado Técnico CTG 05 e com instruções contidas no Manual de contabilidade, divulgado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Administração concluiu que as condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ITG 01 - Contratos de Concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, oriundos da União, considerando que:

I) As partes envolvidas cumpriram parcialmente com suas obrigações na mesma extensão.

II) A disponibilização da infraestrutura pelo poder concedente se dá progressivamente à medida que as condições contratuais vão sendo cumpridas pelo concessionário.

III) O operador deve cumprir as regras do contrato e o poder concedente possui o direito de cancelar o contrato, indenizando o operador pelos investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados. Por isso se após analisados os fatos e circunstâncias específicos do contrato se considera que a infraestrutura é disponibilizada gradualmente ao longo do contrato, à medida que o operador satisfaça as condições contratuais e à medida que o poder concedente mantenha a concessão.

Dessa forma para os contratos da FCA de concessão e arrendamento são apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão com base no montante incorrido das parcelas a serem pagas trimestralmente, corrigidas pela variação anual do IGP-DI, ou seja, entre a data da liquidação do leilão (20 de junho de 1996) e do último aniversário.

Os investimentos (benfeitorias) efetuados na infraestrutura (malha ferroviária) relacionados aos contratos de concessão e arrendamento mencionados na Nota 4.1 são registrados no ativo intangível. Não foi registrado no momento inicial nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara

evidência do direito contratual incondicional de receber, da concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

No caso de processos judiciais prováveis, onde houver direito contratual de reembolso parcial ou total por outra parte, é constituída provisão para processos judiciais e, no ativo, é reconhecido o direito ao reembolso, quando houver o direito contratual ou legal ou o reembolso for praticamente certo.

No resultado, o valor da despesa é apresentado líquido do valor reconhecido de reembolso. A exceção são os processos judiciais onde, por força de Lei, a União (sucessora da RFFSA) é considerada a responsável primária (Nota 4.11), sendo o Grupo um agente no litígio.

n) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para os planos de contribuição definida, o Grupo paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, o Grupo não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual cuja metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. As diretrizes da participação nos resultados são determinadas pela administração do Grupo VLI. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

Incentivos de longo prazo

O programa de Incentivos de longo prazo consiste na adesão dos executivos do Grupo, através de depósitos bancários em conta corrente específica do Grupo, que poderá dispor dos valores para execução do plano de negócios. A possível remuneração dos valores aportados pelos executivos estará atrelada a Unidade de Valor VLI (UVV).

O programa tem duração de 3 anos, podendo ser prorrogado por mais um período de 3 anos.

A transação será realizada por meio de uma conta corrente do Grupo, que poderá dispor destes valores para execução do seu plano de negócios.

A possível remuneração dos valores aportados pelos executivos estará atrelada a UVV (para compra e para a Venda: valuation em 31 de dezembro do ano anterior).

Após o prazo estabelecido do programa, três anos, o executivo ainda terá direito a receber o equivalente ao *Matching*.

o) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos.

Receitas de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que: i) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e ii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo prazo de competência, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

Receitas diferidas

As receitas antecipadas são registradas no passivo quando há recebimentos antecipados para prestação de serviços futuros. As receitas antecipadas serão reconhecidas no resultado quando decorrido o prazo de competência ou da prestação de serviços futuros.

p) Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no estatuto social do Grupo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

q) Moeda Funcional

As transações realizadas nas demonstrações financeiras de cada empresa são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pelo Grupo e sua moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais.

r) Capital Social

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais não resgatáveis, todas sem valor nominal. As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para eleição de membros do Conselho de Administração.

s) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

O Grupo divulga suas demonstrações do valor adicionado (“DVA”), consolidadas e da controladora, de acordo com os pronunciamentos do CPC 09, que são apresentados como informação suplementar.

4.4- Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e Bancos	19.410	12.376	206	-
Aplicações Financeiras (a)	428.674	1.030.222	3.846	146.584
	448.084	1.042.598	4.052	146.584

(a) Aplicações em debêntures compromissadas e em certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 91,87% em 31 de dezembro de 2016 e 101,59% em 31 de dezembro de 2015 do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

4.5- Contas a receber

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante				
Contas a receber de clientes	386.318	261.392	2.181	2.166
Contas a receber partes relacionadas	76.435	83.824	12.830	12.734
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(35.259)	(30.931)	(2.166)	(2.166)
	427.494	314.285	12.845	12.734
Não circulante				
Contas a receber de clientes	1.292	-	-	-
Contas a receber - VALEC (a)	286.903	242.720	-	-
Contas a receber partes relacionadas	284.709	265.913	33	33
	572.904	508.633	33	33
Contas a receber - total	1.000.398	822.918	12.878	12.767

(a) Saldo referente a multa contratual pelo atraso e condições de entrega dos trechos ferroviários, objetos do contrato de subconcessão celebrado entre a FNS e a VALEC, e ao Termo de Compromisso (“TAC”) celebrado entre a FNS, o IBAMA- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”), a VALEC e a Vale S.A. Este termo de compromisso obriga o Grupo a apresentar o levantamento atualizado dos passivos ambientais, existentes nos trechos em operação da ferrovia. Os valores reconhecidos pela VALEC, encontram-se integralmente classificados no ativo não circulante, em decorrência de não estar determinado o fluxo de recebimento. O valor integral da multa a ser aplicada encontra-se ainda em negociação entre o Grupo e a VALEC.

Composição dos valores a receber por prazos de vencimento:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	952.407	777.645	2.590	1.936
Vencidos até 3 meses	6.061	35.895	844	-
Vencidos de 3 a 6 meses	16.841	2.822	5.774	-
Vencidos acima 6 meses	60.348	37.487	5.836	12.997
	1.035.657	853.849	15.044	14.933
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(35.259)	(30.931)	(2.166)	(2.166)
Contas a receber - total	1.000.398	822.918	12.878	12.767

Outras Receitas (despesas) Operacionais				
Vale S/A	94.424	35.198	-	-
Samarco Mineração S/A	77	69	-	-
Vale Fertilizantes S/A	17.801	13.339	-	-
Pasa	-	(102)	-	(102)
Ferrovia Norte Sul S/A.	-	-	2.350	-
Ferrovia Centro Atlântica S/A	-	-	9.082	(296)
VLI Multimodal S/A.	-	-	10.880	56.916
VLI Operações Portuárias S/A	-	-	(1.050)	10.657
	<u>112.302</u>	<u>48.504</u>	<u>21.262</u>	<u>67.175</u>
Custos e despesas				
Custo de partilha de fretes (Tráfego Mútuo)				
Vale S/A	(113.859)	(135.139)	-	-
MRS Logística S/A	(24)	(1.276)	-	-
	<u>(113.883)</u>	<u>(136.415)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Custo com direito de passagem				
Vale S/A	(40.926)	(29.473)	-	-
MRS Logística S/A	(33.311)	(26.888)	-	-
	<u>(74.237)</u>	<u>(56.361)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Custo dos serviços				
Vale S/A	(768.917)	(550.904)	-	-
Log-in Logística Intermodal S/A	(5.549)	(7.392)	-	-
PASA	(2.789)	(2.536)	(11)	(102)
	<u>(777.255)</u>	<u>(560.832)</u>	<u>(11)</u>	<u>(102)</u>
Previdência Complementar				
VALIA	(5.099)	(11.338)	(646)	(2.128)
	<u>(5.099)</u>	<u>(11.338)</u>	<u>(646)</u>	<u>(2.128)</u>
Despesas com compartilhamento de gastos				
Ultrafertil S/A	-	-	(3.824)	-
Vale Fertilizantes	(931)	(1.292)	-	-
	<u>(931)</u>	<u>(1.292)</u>	<u>(3.824)</u>	<u>-</u>
Receitas(Despesas) financeiras				
Vale S/A	6.841	4.686	-	-
Vale Fertilizantes S/A	-	93	-	-
	<u>6.841</u>	<u>4.779</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

As contas a receber com empresas ligadas, no circulante e não circulante, representam as receitas que a VLI auferiu com as vendas de seus serviços, materiais de estoque e/ou itens do imobilizado.

Os custos dos serviços representam os montantes gastos com os contratos de prestação de serviços de transportes ferroviários e de serviços Portuários.

Os compromissos com empresas ligadas registradas nas contas de fornecedores, no passivo circulante, representam os valores que a VLI tem a pagar pela compra de serviços, materiais e/ou itens para o ativo imobilizado.

Na receita bruta de vendas de serviços foram registrados os valores dos serviços de transportes ferroviários prestados pelo grupo VLI.

A remuneração do pessoal chave da administração do Grupo, composta exclusivamente pelos diretores, é paga integralmente pelo Grupo.

	31/12/2016	31/12/2015
Remuneração	5.160	6.229
Benefícios assistenciais	122	558
Benefícios pós emprego	646	834
Total	5.928	7.621

REFIS - Contrato de cessão de créditos fiscais

Com o advento da Lei 12865/13 - 09.outubro.2013 - § 7º os contribuintes poderiam liquidar os passivos junto à Receita Federal decorrentes de multas e juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) próprios e de empresas domiciliadas no Brasil, por eles controladas em 31 de dezembro de 2011.

a) Cessão de créditos fiscais da FCA para Vale

Em novembro de 2013 a VALE e a FCA celebraram um contrato de cessão de créditos fiscais, no montante nominal de R\$ 484 milhões, ajustando ao valor presente a operação com uma taxa de desconto de 7,8%. A VALE pagou à FCA a primeira parcela à vista (correspondente à 25% do montante – cerca de R\$ 121 milhões) e as demais parcelas serão realizadas com base no montante anual, equivalente ao benefício econômico que a FCA teria se ainda fosse titular dos créditos fiscais, ou seja, a VALE devolverá periodicamente à FCA os valores dos benefícios fiscais que esta faz jus, à medida em que esta apurar lucros tributáveis, até o limite do valor nominal dos créditos transferidos.

b) Cessão de créditos fiscais da VLI para Vale

Em dezembro de 2012 a VALE e a VLI celebraram um contrato de cessão de créditos fiscais, no montante nominal de R\$ 11,6 milhões, ajustando ao valor presente a operação com uma taxa de desconto de 7,8%. A VALE pagou à VLI a primeira parcela à vista (correspondente à 25% do montante – cerca de R\$ 2,91 milhões) e as demais parcelas serão realizadas com base no montante anual, equivalente ao benefício econômico que a VLI teria se ainda fosse titular dos créditos fiscais, ou seja, a VALE devolverá periodicamente à VLI os valores dos benefícios fiscais que esta faz jus, à medida em que esta apurar lucros tributáveis, até o limite do valor nominal dos créditos transferidos.

4.7- Estoques

Circulante	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Peças e componentes de equipamentos / instalações	54.998	49.264
Combustíveis, lubrificantes e gases	3.663	3.511
Materiais de expediente e outros	7.837	5.849
Materiais elétricos / eletrônicos	5.775	6.912
Outros materiais	2.045	2.346
Provisão para perdas em itens de estoque (a)	(1.815)	(7.450)
	72.503	60.432

(a) A provisão para possíveis perdas de estoques foi constituída com base em estimativas dos itens obsoletos, inservíveis ou sem movimentação.

4.8- Tributos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante				
ICMS a recuperar	95.933	89.247	-	-
Imposto de Renda retido na fonte	17.347	26.062	4.036	13.689
PIS e COFINS a compensar	66.609	159.606	56	59
Imposto de Renda e Contribuição Social antecipados	29.833	33.327	3.078	7.628
Outros	4.450	12.251	1	196
	214.172	320.493	7.171	21.572
Não Circulante				
ICMS a recuperar	134.497	111.305	-	-
PIS e COFINS a compensar	97.665	59.918	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	28.135	-	16.717	-
ISSQN	76	-	-	-
	260.373	171.223	16.717	-
Tributos a recuperar - total	474.545	491.716	23.888	21.572

A classificação dos tributos a recuperar, do ativo circulante, foi definida considerando as expectativas de realização dos créditos fiscais para os próximos 12 (doze) meses.

4.9- Sinistros a recuperar e demais ativos

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante				
Sinistros a recuperar (a)	103.243	91.142	-	-
	103.243	91.142	-	-
Adiantamento a empregados	18.428	46.590	1.643	6.294
Adiantamento a fornecedores (b)	21.592	19.109	506	75
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente (c)	1.825	1.825	-	-
Prêmios de seguros pagos antecipadamente (d)	300	24.137	-	252
Aluguel do Terminal Integrado de Araguari	4.632	4.198	-	-
Aluguel do Terminal Integrado de Santa Luzia	1.680	1.523	-	-
Aluguel do Terminal Integrado de Guará	12.436	9.154	-	-
Despesas c/ licença de uso de softwares	11.273	795	3	19
Despesas c/ Dragagem pagas antecipadamente	-	14.481	-	-
Demais contas do ativo circulante	7.174	12.750	519	276
	79.340	134.562	2.671	6.916
Não circulante				
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente (c)	15.816	17.640	-	-
Despesas c/ licença de uso de softwares	4.237	-	-	-
Despesas c/ Dragagem pagas antecipadamente	61.776	-	-	-
Incentivos fiscais	3.968	2.081	-	-
Adiantamento a empregados	16.179	-	3.639	-
Adiantamento a fornecedores (b)	24.076	26.000	-	-
Direito de usufruto de imóvel	3.210	-	-	-
	129.262	45.721	3.639	-
Sinistros a recuperar e demais ativos - Total	311.845	271.425	6.310	6.916

- (a) Os gastos relevantes com sinistros, ocorridos na malha ferroviária e nos terminais portuários, são apropriados no ativo circulante até a conclusão final das perícias técnicas, realizados pelas seguradoras contratadas.
- (b) Os adiantamentos a fornecedores são para garantir o fornecimento de insumos e materiais de reposição para máquinas e equipamentos.
- (c) A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996, no montante de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista, com a contabilização idêntica aos contratos de arrendamento de bens. O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União (extinta RFFSA), no montante de R\$ 292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente, conforme estipulado em contrato. Os valores pagos antecipadamente foram registrados na rubrica “Arrendamentos e concessão pagos antecipadamente”, no ativo circulante e não circulante.
- (d) Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros são:

Consolidado			
Modalidade	Cia.	Cobertura	Valores em milhares
Responsabilidade Civil Geral	FCA		
	VLI Multi	All Risk	R\$ 25.000
	FNS		
Riscos Operacionais	FCA		
	FNS		
	VLI Multi Ultrafértil	All Risk	R\$ 300.000
Transporte Internacional Importação	FCA		
	VLI Multi	All Risk	USD 8.000
	Ultrafértil FNS		
D&O	VLI	All Risk	R\$ 50.000
Responsabilidade Civil do Transportador Ferroviário - RCTF-C	FCA		R\$ 20.000 por evento
	FNS	All Risk	R\$ 200 para container
Frota de automóvel	FCA		
	FNS VLI Multi	All Risk	R\$ 200
Vida em Grupo	FCA		
	VLI VLI Multi	Empregados, Cônjuges e Filhos Estagiários	24 X Salário Base R\$ 13
Acidentes pessoais	FNS		
	FCA	Trens turísticos da FCA	R\$ 10
Responsabilidade Civil Operador Portuário	VLI Multi		
	Ultrafértil	All Risk	USD 50.000

4.10- Dividendos a receber

Os dividendos apresentados nas demonstrações financeiras individuais da VLI S.A, foram propostos por sua controladas diretas, sendo constituídos conforme previsto no estatuto social do Grupo, que definiu uma remuneração mínima de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. A proposta de 31 de dezembro de 2016 foi no montante de R\$153.129 (R\$ 83.398 em 31 dezembro de 2015).

4.11- Depósitos judiciais e Provisão para processos judiciais

Saldos dos depósitos judiciais e processos judiciais:

	Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015	
	Depósitos judiciais	Provisões para processos judiciais	Depósitos judiciais	Provisões para processos judiciais
Trabalhistas (a)	220.724	35.348	175.641	49.941
Cíveis	24.683	8.488	21.142	12.813
Tributárias	5.339	551	7.070	643
Ambientais	381	496	313	1.710
Previdenciária	3.769	198	10.157	251
	254.896	45.081	214.323	65.358

Movimentação dos Depósitos judiciais

	Consolidado				
	31/12/2015	Adição	Baixa	Juros e atualização monetária	31/12/2016
Trabalhistas (a)	175.641	42.033	(20.433)	23.483	220.724
Cíveis	21.142	1.273	-	2.268	24.683
Tributárias	7.070	908	(2.669)	30	5.339
Ambientais	313	9	-	59	381
Previdenciária	10.157	-	-	(6.388)	3.769
	214.323	44.223	(23.102)	19.452	254.896

Movimentação das Provisões para processos judiciais:

	Consolidado				
	31/12/2015	Adição	Baixa	Juros e atualização monetária	31/12/2016
Trabalhistas (a)	49.941	8.123	(26.434)	3.718	35.348
Cíveis	12.813	2.934	(8.543)	1.284	8.488
Tributárias	643	32	(164)	40	551
Ambientais	1.710	-	(1.414)	200	496
Previdenciária	251	-	(62)	9	198
	65.358	11.089	(36.617)	5.251	45.081

(a) A FCA está sendo acionada em reclamações de natureza trabalhistas oriundas do curso normal de suas atividades. Em 31 de dezembro de 2016, os processos judiciais trabalhistas com expectativa de perda provável, de acordo com os consultores jurídicos, totalizam R\$ 35.348 (Em 31 de dezembro de 2015 - R\$ 49.941). Esses montantes não incluem os processos judiciais de responsabilidade da União (extinta RFFSA), dado que o Grupo somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme o Edital de Desestatização em seu item 7.2 - Passivos Trabalhistas que diz: "As obrigações trabalhistas da RFFSA para com seus empregados transferidos para a concessionária, relativos aos períodos anteriores à data da transferência de cada contrato de trabalho, sejam ou não objeto de reclamação judicial, continuarão de responsabilidade da RFFSA." Em 31 de dezembro de 2016 o Grupo havia reconhecido em suas demonstrações o montante de R\$ 87.230 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 81.830) que deverão ser reembolsados pela União (extinta RFFSA).

4.11.1- Passivos Contingêntes

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes no montante aproximado de R\$ 2.184.000 (31 de dezembro de 2015 - aproximadamente R\$ 1.927.000), referente a causas de natureza trabalhista, cível, tributária, ambiental e previdenciário, para os quais, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões por se tratarem de perdas possíveis. O referido montante poderá ser reduzido, quando aplicável, em função da responsabilidade total ou parcial da União.

A seguir são apresentadas a composição destes processos judiciais por natureza:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Trabalhistas (i)	1.174.000	939.000
Cíveis (ii)	355.000	308.000
Tributárias (iv)	584.000	590.000
Ambientais (v)	50.000	42.000
Previdenciário (iii)	21.000	48.000
	2.184.000	1.927.000

- i. Trabalhistas: tratam-se de reclamações promovidas por ex-empregados, bem como sindicatos e ex-empregados de empresas terceirizadas.
- ii. Cíveis: tratam-se de demandas contendo, principalmente, alegações de responsabilidade da FCA por acidentes envolvendo pessoas nos trilhos da malha ferroviária cedida ao Grupo, com pedidos de indenizações por danos morais, materiais e estéticos. Há ainda demandas discutindo questões indenizatórias, promovidas por empresas contratadas pela FCA que alegam prejuízos contratuais.
- iii. Previdenciários: trata-se de cobrança de contribuições sociais (aposentadoria especial, SESI e INSS sobre valores pagos a autônomos e pagos a título de acertos de passivos trabalhistas).
- iv. Tributários: trata-se, principalmente, de cobrança de PIS/COFINS sobre receitas de tráfego mútuo, glosa de créditos de ICMS e de auto de infração em processos de importação de locomotivas, cobranças de IPTU sobre imóveis objeto de arrendamento e autuações de ICMS relacionadas ao descumprimento de obrigações acessórias, glosa de créditos, exigência do imposto sobre a transferência de bens para o mesmo titular, e ausência de retorno de bens remetidos para reparo/conserto no prazo regulamentar.
- v. Ambientais: trata-se de demandas cuja discussão se refere a alegação dos órgãos ambientais, Ministério Público e Prefeituras de que a FCA teria descumprido alguma obrigação ambiental, ou sua atividade tenha gerado algum impacto ambiental, impondo multas diversas ao Grupo.

4.11.2- Processos advindos da Ultrafertil antes da transferência do controle

Em 1º de junho de 2012, na cisão parcial da Ultrafertil S/A, as provisões de passivos contingentes foram vertidos pelos respectivos valores contábeis à Mineração Naque S.A. e Araucária Nitrogenados S.A.

Em agosto de 2013, quando da aquisição do controle da Ultrafertil S/A pela TUF Empreendimentos e Participações S/A (Controlada indireta da VLI S.A), ficou estabelecido que quaisquer processos judiciais que tiverem como objeto de discussão o período de competência o qual a Vale Fertilizantes S/A detinha o controle, tais despesas serão reembolsáveis pela Vale Fertilizantes S/A.

Em 31 de dezembro de 2016, após análise de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões no Grupo (responsabilidade exclusiva da Ultrafértil S/A) por se tratarem de perdas possíveis, no montante de R\$ 4.936 (R\$ 3.524 – 2015). Tais processos judiciais são de natureza trabalhista e tributária.

Movimentação	31/12/2016		31/12/2015	
	Depósitos judiciais	Provisão para processos judiciais	Depósitos judiciais	Provisão para processos judiciais
Saldo no início do período	71.664	92.164	51.596	82.602
Movimentações	(24.601)	6.959	20.068	9.562
Reembolso	(47.063)	(99.123)	(71.664)	(92.164)
Saldo no final do período	-	-	-	-

4.12– Investimentos

4.12.1- Composição dos investimentos:

	% Participação	Número de ações ordinárias	Patrimônio Líquido	31/12/2016
				Lucro do exercício
VLI Multimodal S.A (VLI Multi)	99,99%	380.101.007.252	8.755.474	205.683
VLI Participações S.A (VLI Par)	99,99%	1.000	1	-
VLI Operações Ferroviárias Independentes (VOFI)	99,99%	999	1	-
				31/12/2015
	% Participação	Número de ações ordinárias	Patrimônio Líquido	Lucro do exercício
VLI Operações Portuárias S.A (VOP)	99,99%	23.413.141	1.095.561	58.987
VLI Multimodal S.A (VLI Multi)	99,99%	324.151.134.829	7.301.001	292.139
VLI Participações S.A (VLI Par)	99,99%	999	1	-
VLI Operações Ferroviárias Independentes (VOFI)	99,99%	999	1	-

As informações financeiras resumidas das coligadas e controladas, incluindo os valores totais do resultado do exercício, estão divulgadas na nota 4.28.

4.12.2- Movimentação dos investimentos:

Movimentação dos investimentos	VLI Multi	VOP	VOFI	FNS	VLI Par	31/12/2016
						Controladora
Investimento inicial em 31 de dezembro de 2015	7.301.001	1.095.506	1	-	1	8.396.509
Aumento de capital com emissão de ações (a)	1.172.531	-	-	-	-	1.172.531
Transferências de ações (a)	-	(1.172.531)	-	-	-	(1.172.531)
Aumento de capital em moeda corrente	125.000	31.000	-	-	-	156.000
Resultado de equivalência patrimonial						
Resultado das controladas	205.683	70.421	-	-	-	276.104
Dividendos Mínimos propostos	(48.741)	-	-	-	-	(48.741)
Dividendos Adicionais 2015 distribuídos	-	(20.991)	-	-	-	(20.991)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(3.405)	-	-	-	(3.405)
Saldo no final do exercício em 31 de dezembro 2016	8.755.474	-	1	-	1	8.755.476
						31/12/2015
	VLI Multi	VOP	VOFI	FNS	VLI Par	Controladora
Investimento inicial em 31 de dezembro de 2014	4.122.106	190.429	1	389.338	1	4.701.875
Transferência de ações	-	-	-	(404.507)	-	(404.507)
Aumento de capital	2.956.139	860.100	-	-	-	3.816.239
Resultado de equivalência patrimonial						
Resultado das controladas	292.139	58.987	-	15.169	-	366.295
Dividendos propostos	(69.383)	(14.010)	-	-	-	(83.393)
Saldo no final do exercício em 31 de dezembro 2015	7.301.001	1.095.506	1	-	1	8.396.509

(a) Em 30 de novembro de 2016 a VLI S.A. transferiu e aportou as ações da VOP, de sua propriedade, para VLI Multimodal. E a mesma data e ato societário a VLI Multi aumentou seu capital emitindo novas ações em favor da VLI S.A.

4.12.3- Participação de não controladores:

	<u>31/12/2016</u>
Investimento inicial em 31 de dezembro de 2015	290.952
Resultado no período de não controladores	
Vale Fertilizantes S.A (18,97%)	
Resultado	10.182
Dividendos	(2.418)
Ajuste de avaliação patrimonial	(5.366)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>293.350</u>
	<u>31/12/2015</u>
Investimento inicial em 31 de dezembro de 2014	279.596
Resultado no período de não controladores	
Vale Fertilizantes S.A (24,19%)	
Resultado	14.894
Dividendos	(3.538)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>290.952</u>

4.13- Imobilizado

4.13.1- Composição do imobilizado:

	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Consolidado	
					31/12/2016	31/12/2015
Bens em operação					Líquido	Líquido
Imóveis	25 a 40 anos	2,59%	388.728	(69.147)	319.581	136.804
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	5 anos	5,00%	164.294	(8.386)	155.908	21.773
Equipamentos autônomos	5 a 20 anos	11,72%	646.934	(279.302)	367.632	315.250
Veículos	3 a 5 anos	20,41%	21.347	(15.242)	6.105	9.812
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10%	26.467	(9.389)	17.078	17.166
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20%	120.636	(45.187)	75.449	90.871
Locomotivas	12,5 a 25 anos	7,28%	1.706.123	(274.843)	1.431.280	1.207.842
Vagões	33,3 anos	3,00%	1.859.508	(170.840)	1.688.668	1.482.763
Via permanente	14,29 a 20 anos	6,61%	212.879	(34.892)	177.987	-
Outros ativos	10 anos	10,00%	48.980	(155)	48.825	88.955
			5.195.896	(907.383)	4.288.513	3.371.236
Terrenos			23.822	-	23.822	22.471
Adiantamento a fornecedores de imobilizado			21.904	-	21.904	32.701
Provisão para baixa de ativo			(318)	-	(318)	(318)
Benfeitorias em curso			2.646.494	-	2.646.494	2.193.392
			2.691.902	-	2.691.902	2.248.246
			<u>7.887.798</u>	<u>(907.383)</u>	<u>6.980.415</u>	<u>5.619.482</u>

	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Controladora	
					31/12/2016	31/12/2015
Bens em operação					Líquido	Líquido
Imóveis	25 a 40 anos	2,59%	-	(3)	(3)	-
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	5 anos	5,00%	87	-	87	83
Equipamentos autônomos	5 a 20 anos	11,62%	22	(23)	(1)	20
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10,00%	1.113	(280)	833	951
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20%	1.062	(388)	674	886
Outros ativos	10 anos	10,00%	1	-	1	1
			2.285	(694)	1.591	1.941
Terrenos			5.938	-	5.938	5.938
			5.938	-	5.938	5.938
			8.223	(694)	7.529	7.879

A FCA nomeou locomotivas, vagões, veículos e equipamentos em penhora como garantia do juízo, em atendimento às execuções judiciais procedentes de processos judiciais e administrativos, no montante de R\$ 67.752 (Em 31 de dezembro de 2015 - R\$ 75.811).

4.13.2- Movimentação do imobilizado:

Imobilizado - Custo	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Consolidado		31/12/2016
					Transferências entre imobilizado e intangível	Transferências entre categorias	
Imóveis	186.281	-	(3)	177.298	(6.239)	31.391	388.728
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	24.182	-	456	118.977	4.760	15.919	164.294
Equipamentos autônomos	560.328	240	(642)	101.239	1.251	(15.482)	646.934
Veículos	21.103	-	-	2.745	199	(2.700)	21.347
Bens administrativos/auxiliares	25.170	3	(1.036)	2.333	(12)	9	26.467
Equipamentos e aplicativos de informática	118.362	12	(112)	3.217	(3.852)	3.009	120.636
Locomotivas	1.423.377	-	(15.651)	275.770	(4.105)	26.732	1.706.123
Vagões	1.633.304	-	(586)	328.111	(19.099)	(82.222)	1.859.508
Via permanente	-	-	(5.935)	174.253	(90.499)	135.060	212.879
Outros ativos	102.230	-	10.223	66.195	(17.830)	(111.838)	48.980
	4.094.337	255	(13.286)	1.250.138	(135.426)	(122)	5.195.896
Terrenos	22.471	-	-	1.229	-	122	23.822
Adiantamento a fornecedores de imobilizado*	32.700	82.285	(93.081)	-	-	-	21.904
Provisão para baixa de ativo	(318)	-	-	-	-	-	(318)
Benfeitorias em curso	2.193.393	1.779.995	-	(1.251.367)	(75.527)	-	2.646.494
	2.248.246	1.862.280	(93.081)	(1.250.138)	(75.527)	122	2.691.902
	6.342.583	1.862.535	(106.367)	-	(210.953)	-	7.887.798

*O montante de R\$ (93.081) refere-se a regularização de adiantamentos a fornecedores efetuados entre os períodos de 2015 e 2016.

							Controladora
Imobilizado - Custo	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Transferências entre imobilizado e intangível	Transferências entre categorias	31/12/2016
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	87	-	-	-	-	-	87
Equipamentos autônomos	22	-	-	-	-	-	22
Bens administrativos/auxiliares	1.113	-	-	-	-	-	1.113
Equipamentos e aplicativos de informática	1.062	-	-	-	-	-	1.062
Outros ativos	1	-	-	-	-	-	1
	2.285	-	-	-	-	-	2.285
 Terrenos	 5.938	 -	 -	 -	 -	 -	 5.938
	5.938	-	-	-	-	-	5.938
	8.223	-	-	-	-	-	8.223

(a) Os gastos com ativos imobilizado e intangível são inicialmente registrados como ativo imobilizado e posteriormente são feitas análises considerando a aplicação do referido ativo (bens próprios ou benfeitorias na concessão). Os ativos relacionados a bens próprios são transferidos para o ativo intangível.

4.13.3- Depreciação do imobilizado:

							Consolidado
Imobilizado - depreciação	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências entre imobilizado e intangível	Transferências entre categorias	31/12/2016	
Imóveis	(49.476)	(7.994)	3	(1.168)	(10.512)	(69.147)	
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(2.409)	(3.705)	(456)	(1.093)	(723)	(8.386)	
Equipamentos autônomos	(245.077)	(39.989)	642	30	5.092	(279.302)	
Veículos	(11.291)	(3.951)	-	-	-	(15.242)	
Bens administrativos/auxiliares	(8.004)	(2.452)	1.036	31	-	(9.389)	
Equipamentos e aplicativos de informática	(27.491)	(21.870)	112	4.246	(184)	(45.187)	
Locomotivas	(215.535)	(68.307)	13.364	4.475	(8.840)	(274.843)	
Vagões	(150.541)	(57.786)	478	37.575	(566)	(170.840)	
Via permanente	-	(11.282)	2.304	(18.334)	(7.580)	(34.892)	
Outros Ativos	(13.277)	(2.156)	(10.222)	2.187	23.313	(155)	
	(723.101)	(219.492)	7.261	27.949	-	(907.383)	

Em 2016 ocorreram movimentações de adições de depreciação no montante de (R\$ 804) que não foram alocadas para o resultado do exercício.

					Controladora
Imobilizado - depreciação	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências entre imobilizado e intangível	31/12/2016
Imóveis	-	(1)	-	(2)	(3)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(4)	(1)	-	5	-
Equipamentos autônomos	(2)	(21)	-	-	(23)
Bens administrativos/auxiliares	(162)	(118)	-	-	(280)
Equipamentos e aplicativos de informática	(176)	(212)	-	-	(388)
	(344)	(353)	-	3	(694)

4.13.4- Imobilizado em curso:

Beneficiarias em curso	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Aquisição de Equipamentos Ferroviários	2.758	194.757
Aquisição de Terreno	-	3.284
Aquisição e modernização de material rodante	195	66.576
Aquisição e modernização locomotivas	56.612	-
Aquisição e modernização vagões	64.130	-
Construção e ampliação de pátios e terminais	152.356	402.893
Desenvolvimento / Melhoria Sistemas	28.653	10.828
Implantação de Projetos	94	1.230
Melhoria Operação Ferroviária	-	154.316
Melhoria, modernização e expansão portuária	2.332.489	1.352.164
Melhorias em instalações administrativas e de apoio	30.343	26.966
Segurança, saúde, meio ambiente - Desenvolvimento sustentável	450	-
Veículos rodoferroviários	-	8.952
Via permanente (infraestrutura e superestrutura)	-	3.809
	2.668.080	2.225.775

4.13.5- Redução do valor recuperável de ativos (“*Impairment*”)

O Grupo avalia anualmente os eventos ou mudanças de circunstâncias que podem indicar se há evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), ou seja se o valor contábil de um ativo ultrapassa seu valor de uso.

O método do fluxo de caixa descontado será utilizado para elaboração dos testes de *impairment*, adotando as seguintes premissas:

- a. Plano de Negócios até 2026;
- b. A partir de 2027, é considerada a renovação da concessão;
- c. A perpetuidade do fluxo de caixa foi considerada a partir de 2027.

A taxa de desconto aplicada no estudo de valoração do Grupo foi obtida através do custo médio ponderado de capital.

4.14- Intangível

4.14.1- Composição do intangível:

	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Consolidado	
					31/12/2016	31/12/2015
					Líquido	Líquido
Direitos de concessão (a)	9,8 anos	10,20%	43.169	(23.218)	19.951	21.999
Direitos de Subconcessão (c)	20,11 anos	4,97%	1.776.431	(435.366)	1.341.065	1.404.925
Softwares adquiridos	5 anos	20,00%	20.698	(12.498)	8.200	4.378
Direito contratual (d)		3,00%	320.350	(4.389)	315.961	315.961
Direito contratual (e)		100,00%	984.429	(984.429)	-	-
Direito contratual (f)		100,00%	37.000	(37.000)	-	5.550
Direito contratual (g)		100,00%	162.937	(162.937)	-	-
			3.345.014	(1.659.837)	1.685.177	1.752.813
Benfeitorias em propriedades arrendadas(a)						
Terrenos			181	-	181	15
Imóveis	25 a 50 anos	2,37%	312.778	(47.400)	265.378	238.539
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	20 a 50 anos	4,19%	120.873	(4.454)	116.419	18.397
Equipamentos autônomos	10 a 20 anos	8,83%	22.483	(4.367)	18.116	7.732
Veículos	3 a 5 anos	23,38%	832	(20)	812	-
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10,00%	11.414	(2.730)	8.684	6.212
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20,00%	204	(78)	126	667
Locomotivas	12,5a25 anos	7,51%	286.076	(125.896)	160.180	74.072
Vagões	33,3 anos	3,00%	266.897	(116.372)	150.525	67.951
Via permanente	14,3a20 anos	6,27%	3.560.032	(1.211.429)	2.348.603	2.219.714
Outros ativos	10 anos	10,00%	8.679	(483)	8.196	93.082
			4.590.449	(1.513.229)	3.077.220	2.726.381
Benfeitorias em curso			571.600	-	571.600	262.603
			8.507.063	(3.173.066)	5.333.997	4.741.797

	Custo histórico	Amortização acumulada	Controladora	
			31/12/2016	31/12/2015
			Líquido	Líquido
Benfeitorias em propriedades arrendadas(a)				
Imóveis	19.497	(4.951)	14.546	-
Instalações auxiliares/sistemas operacionais		(1)	(1)	-
Equipamentos autônomos	224	-	224	-
Bens administrativos/auxiliares	4.504	(1.119)	3.385	3.818
Outros ativos	82	(3)	79	13.839
	24.307	(6.074)	18.233	17.657
Benfeitorias em curso	67	-	67	1.707
	24.374	(6.074)	18.300	19.364

(a) As benfeitorias em propriedades arrendadas estão vinculadas ao contrato de arrendamento com a extinta RFFSA, sucedida pela União em 2007, conforme Lei 11.483/2007. O prazo de amortização das benfeitorias em instalações da via permanente arrendada foi limitado ao período de vigência do contrato de arrendamento.

(b) A controlada indireta FCA registrou um direito de concessão no intangível, referente ao valor pago para operar o trecho denominado Malha Paulista.

- (c) O direito de subconcessão da FNS está representado pelos valores estipulados através do edital de licitação para operar os trechos, descritos na nota 1 acrescidos dos custos financeiros aplicados às parcelas a vencer, e as benfeitorias na via permanente. A amortização se inicia quando o ativo está pronto para uso, que é quando entra em operação, pelo período remanescente do contrato de subconcessão.
- (d) Contrato de Adesão Portuária da Ultrafértil - Em agosto de 2013, a controlada TUF adquiriu 100% das ações ordinárias emitidas pela Ultrafértil, que estavam sob propriedade da Vale Fertilizantes S.A. Quando desta aquisição de investimentos, a TUF registrou, em seu balanço patrimonial, um ágio em decorrência do custo de aquisição. O ágio ou mais valia, reconhecidos como custo de aquisição, foi constituído com base nos fundamentos econômicos de rentabilidade futura do terminal portuário - TIPLAM. Com a celebração de novo contrato de adesão adaptado ao novo marco regulatório, o ágio referente ao investimento na Ultrafértil passou a ter vida útil indefinida, não sendo mais efetuada sua amortização. O contrato de adesão do terminal será prorrogável sucessivamente pelo prazo de 25 anos, considerando que as atividades portuárias serão mantidas e os investimentos para modernização serão contínuos e permanentes.
- (e) Contrato celebrado entre Vale S.A. e VLI Multimodal S.A. - A VLI Multimodal adquiriu da Vale S.A o direito de opção de reservar a capacidade produtiva das ferrovias - Estrada de Ferro Carajás e Estrada de Ferro Vitória - Minas ("EFC" e "EFVM" respectivamente), destinada à prestação de serviços de transportes de carga geral, objeto da concessão conferida a Vale S.A. O valor do direito de opção de reserva de capacidade é calculado com base nos ativos destinados à prestação dos serviços de transporte ferroviários de carga geral para os quais a Vale S.A reservou a capacidade de transporte. A vigência deste direito contratual está vinculada à concessão ferroviária celebrada entre o Vale S.A. e a União Federal. O prazo de amortização dos direitos foi limitado ao período de vigência do contrato de opção de reserva de capacidade. A referida opção foi efetuada em base anual sendo renovável pelo mesmo período.
- (f) Aquisição dos direitos contratuais de propriedade da Log. in Intermodal S.A. - Direito contratual adquirido para execução dos transportes multimodais de cargas containerizadas na malha Centro Oeste, objeto de concessão conferida a FCA. O contrato foi reconhecido pelo custo de aquisição e será amortizado pelo período do contrato de concessão, celebrado entre a FCA e a União Federal.
- (g) Direitos de exclusividade da Vale S.A - Refere-se ao direito de exclusividade intransferível da VLI Multimodal de contratar a prestação exclusiva dos serviços portuários e acessórios prestados pela Vale S.A, nos terminais, resguardada e excluída da exclusividade, tão somente, a operação portuária das cargas próprias da Vale S.A e de suas empresas coligadas e controladas. A VLI Multimodal é empresa controlada pela VLI, constituída com o objetivo social de prestar serviços de transporte multimodal e atender de forma eficaz o segmento de carga geral, zelando pela garantia do escoamento da produção dos diversos setores produtores, exercendo importante papel centralizador no ajuste de procedimentos comerciais e operacionais junto a Vale S.A. A Vale S.A é titular de autorização para exploração dos terminais portuários privativos de uso misto Terminal Privativo de Uso Misto de Praia Mole (TPM), Terminal de Produtos Diversos (TPD) e Terminal de Graneis Líquidos, todos na cidade de Vitória/ES. O Direito de Exclusividade será aplicado para um período anual, iniciando-se no dia 01 de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do respectivo ano e será renovado automaticamente. O valor a ser pago anualmente será em função dos custos efetivamente realizados pela Vale S.A para a prestação dos serviços.

4.14.2- Movimentação do intangível:

							Consolidado
Intangível- Custo	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Transferências entre imobilizado e intangível	Transferências entre categorias	31/12/2016
Direitos de concessão (b)	43.169	-	-	-	-	-	43.169
Direitos de Subconcessão (c)	1.776.431	-	-	-	-	-	1.776.431
Softwares adquiridos	14.865	-	(9)	5.783	59	-	20.698
Direito contratual (d)	320.350	-	-	-	-	-	320.350
Direito contratual (e)	644.366	340.063	-	-	-	-	984.429
Direito contratual (f)	37.000	-	-	-	-	-	37.000
Direito contratual (g)	107.172	55.765	-	-	-	-	162.937
	2.943.353	395.828	(9)	5.783	59	-	3.345.014
Benfeitorias em propriedades arrendadas							
Terrenos	15	-	-	43	123	-	181
Imóveis	274.155	-	(2)	12.417	3.526	22.682	312.778
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	23.118	-	(3)	100.746	(1.444)	(1.544)	120.873
Equipamentos autônomos	14.481	-	(165)	13.868	(1.221)	(4.480)	22.483
Veículos	19	-	-	1.011	(198)	-	832
Bens administrativos/auxiliares	7.914	-	-	1.533	(35)	2.002	11.414
Equipamentos e aplicativos de informática	6.527	-	-	115	(12)	(6.426)	204
Locomotivas	194.024	-	(616)	91.626	431	611	286.076
Vagões	142.666	-	(3.993)	15.693	112.098	433	266.897
Via permanente	3.203.324	-	(328)	259.560	76.653	21.430	3.560.639
Outros Ativos	101.383	-	(4.280)	556	(54.554)	(34.708)	8.397
	3.967.626	-	(9.387)	497.168	135.367	-	4.590.774
Benfeitorias em curso	262.603	755.582	(19.486)	(502.951)	75.527	-	571.275
	7.173.582	1.151.410	(28.882)	-	210.953	-	8.507.063

							Controladora
Intangível- Custo	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Transferências entre categorias	31/12/2016	
Benfeitorias em propriedades arrendadas							
Imóveis	-	-	-	1.236	18.261	19.497	
Equipamentos autônomos	-	-	-	224	-	224	
Bens administrativos/auxiliares	4.488	-	-	104	(88)	4.504	
Outros Ativos	18.173	-	-	82	(18.173)	82	
	22.661	-	-	1.646	-	24.307	
Benfeitorias em curso	1.707	6	-	(1.646)	-	67	
	24.368	6	-	-	-	24.374	

(a) O intangível em curso é resultante dos investimentos correntes e de capital.

4.14.3- Amortização do intangível:

Intangível - Amortização	31/12/2015	Adições	Baixas	Consolidado		31/12/2016
				Transferências entre imobilizado e intangível	Transferências entre categorias	
Direitos de concessão (b)	(21.170)	(2.048)	-	-	-	(23.218)
Direitos de Subconcessão (c)	(371.506)	(63.860)	-	-	-	(435.366)
Direito contratual (d)	(4.389)	-	-	-	-	(4.389)
Direito contratual (e)	(644.366)	(340.063)	-	-	-	(984.429)
Direito contratual (f)	(31.450)	(5.550)	-	-	-	(37.000)
Direito contratual (g)	(107.172)	(55.765)	-	-	-	(162.937)
Softwares adquiridos	(10.487)	(2.010)	9	(10)	-	(12.498)
Imóveis	(35.616)	(6.411)	2	(2.376)	(2.999)	(47.400)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(4.721)	(936)	3	3.976	(2.776)	(4.454)
Equipamentos autônomos	(6.749)	(928)	165	77	3.068	(4.367)
Veículos	(19)	(1)	-	-	-	(20)
Bens administrativos/auxiliares	(1.702)	(945)	-	(55)	(28)	(2.730)
Equipamentos e aplicativos de informática	(5.860)	(332)	-	6.112	2	(78)
Locomotivas	(119.952)	(6.002)	610	(179)	(373)	(125.896)
Vagões	(74.715)	(7.182)	3.411	(37.481)	(405)	(116.372)
Via permanente	(983.610)	(228.253)	136	3.870	(3.572)	(1.211.429)
Outros Ativos	(8.301)	(1.632)	4.250	(1.883)	7.083	(483)
	(2.431.785)	(721.918)	8.586	(27.949)	-	(3.173.066)

Intangível - Amortização	31/12/2015	Adições	Baixas	Controladora		31/12/2016
				Transferências entre Intangível e intangível	Transferências entre categorias	
Imóveis	-	(314)	-	-	(4.637)	(4.951)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	-	(1)	-	-	-	(1)
Bens administrativos/auxiliares	(670)	(449)	-	-	-	(1.119)
Outros Ativos	(4.334)	(303)	-	(3)	4.637	(3)
	(5.004)	(1.067)	-	(3)	-	(6.074)

4.14.4- Intangível em curso:

Benfeitorias em curso	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Aquisição e modernização de material rodante	19.302	20.060
Adequações Sede Adm. VLI	67	1.707
Construção e ampliação de pátios e terminais	200.822	50.662
Crédito PIS/COFINS	(1)	-
Equipamento de Grande Porte	640	-
Instalações administrativas e de apoio	3.824	4.613
Melhoria operação ferroviária	9.022	4.034
Novas rotas - desenvolvimento e ampliação	4.736	2.459
Oficinas - aquisição de equipamentos e reformas	63.992	35.984
Ramal Ferroviario	12.438	-
Requalificação e melhorias nos postos de abastecimento	21.976	9.185
Segurança, saúde, meio ambiente - Desenvolvimento sustentável	8.308	14.854
Trens turísticos - melhorias	1.062	1.888
Via permanente (infraestrutura e superestrutura)	225.087	117.157
	571.275	262.603

4.15- Fornecedores e Contas a pagar

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante				
Fornecedores terceiros (a)	583.324	450.556	218	1.657
Fornecedores partes relacionadas	43.137	151.326	450	534
Demais contas a pagar (b)	168.216	42.638	-	-
	794.677	644.520	668	2.191
Não circulante				
Fornecedores terceiros (a)	16.075	-	-	-
	16.075	-	-	-
(a) Fornecedores terceiros				
Mercado interno	587.610	432.267	167	1.646
Mercado externo	11.789	18.289	51	11
	599.399	450.556	218	1.657

(b) Em decorrência de suas atividades operacionais, as controladas são devedoras perante diversos fornecedores e prestadores de serviços, débitos estes representados por duplicatas e notas fiscais faturas. Visando proporcionar alternativas de recebimentos para seus fornecedores, as controladas do grupo concordaram em participar dos convênios celebrados com instituições financeiras para operações de risco sacado, sem ônus para as mesmas.

4.16- Empréstimos, financiamentos e debêntures

4.16.1- Empréstimos, financiamentos e debêntures

	31/12/2016	Consolidado 31/12/2015
Circulante		
FINAME	135.775	8.923
FINEM	76.769	11.276
NCE	161.353	-
CRA	7.161	-
CRI	36.682	104
Custo de Transação	(3.185)	(1.754)
	414.555	18.549
Debêntures	25.977	23.619
Custo de Transação (Debêntures)	(2.019)	(1.180)
	23.958	22.439
	438.513	40.988
Não circulante		
FINAME	1.256.288	1.349.290
FINEM	1.678.096	1.174.475
CRA	294.592	-
CRI	253.065	297.439
Custo de Transação	(19.654)	(16.244)
	3.462.387	2.804.960
Debêntures	551.640	347.358
Custo de Transação (Debêntures)	(6.321)	(3.883)
	545.319	343.475
	4.007.706	3.148.435
Total	4.446.219	3.189.423

4.16.2- Taxas de juros anuais sobre as dívidas de longo prazo

<u>Emissão</u>	<u>Indexador da dívida</u>	<u>Taxa de juros (nominal)</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ultrafértil				
FINEM	TJLP	TJLP+2,12% a TJLP+3,32%a.a	1.191.703	849.996
DEBÊNTURE	(quadro abaixo)	(quadro abaixo)	115.944	115.000
VLI Multimodal				
FINAME	N/A	2,5%a.a. a 6,0%a.a	1.196.923	1.281.306
FINAME	TJLP	TJLP+3%aa	59.365	67.983
FINEM	TJLP	TJLP+2,18% a.a. a TJLP+3,45% a.a.	486.393	324.479
CRI	TR	TR+10,80% a.a.	253.065	297.439
CRA	CDI	103% CDI	294.592	-
DEBÊNTURE	(quadro abaixo)	(quadro abaixo)	435.696	232.358
Custo de Transação			(25.975)	(20.126)
Total			4.007.706	3.148.435

Emissora

Ativo	VLIM11 - Série/Emissão Única/1
Tipo	Público com esforços restritos
Forma	Escritural
Classe	Não Conversível
Volume	R\$ 232.358.000,00 (duzentos e trinta e dois milhões trezentos e cinquenta e oito mil reais)
Valor Nominal	R\$ 1.000,00
Garantias	Fiança da VLI S.A. para 100% do Valor Total da Emissão
Data de Emissão	15 de junho de 2015
Prazo	5 anos
Forma de Amortização	Em uma única parcela na data de vencimento
Pagamento de Remuneração	Anual, a partir da Data de Emissão
Remuneração	IPCA + 6,8839% a.a.
Destinação de Recursos	Construção de terminal logístico na cidade de Uberaba, estado de Minas Gerais
Negociação	CETIP
Emissora	
Ativo	ULFT11 - Série/Emissão Única/1
Tipo	Público com esforços restritos
Forma	Escritural
Classe	Não Conversível
Volume	R\$ 115.000.000,00 (Cento e quinze milhões de reais)
Valor Nominal	R\$ 10.000,00
Garantias	Fiança da VLI S.A. para 100% do Valor Total da Emissão
Data de Emissão	15 de junho de 2015
Prazo	12 anos
Forma de Amortização	Semestral, a partir da Data de Emissão
Pagamento de Remuneração	Semestral, a partir da Data de Emissão
Remuneração	IPCA + 9,0603% a.a.
Destinação de Recursos	Expansão das instalações do Terminal Integrador Portuário Luiz Antônio Mesquita (TIPLAM)
Negociação	CETIP
Emissora	
Ativo	VLIO11 - Série/Emissão Única/1
Tipo	Público com esforços restritos
Forma	Escritural
Classe	Não Conversível
Volume	R\$ 175.000.000,00 (Cento e setenta e cinco milhões de reais)
Valor Nominal	R\$ 1.000,00
Garantias	Fiança da VLI S.A. para 100% do Valor Total da Emissão
Data de Emissão	15 de agosto de 2016
Prazo	5 anos
Forma de Amortização	Em uma única parcela na data de vencimento
Pagamento de Remuneração	Anual, a partir da Data de Emissão
Remuneração	IPCA + 6,0500% a.a.
Destinação de Recursos	Expansão do terminal Portuário Luis Antônio Mesquita - TIPLAM
Negociação	CETIP

4.16.3- Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Adição					Amortização				31/12/2016
	31/12/2015	Principal	Juros Apropriados (*)	Juros Capitalização	Custo transação	Principal	Juros Pagos	Juros Capitalização	Custo transação	
Ultrafertil										
FINEM	860.616	264.518	97.080	73.811	-	-	-	(73.811)	-	1.222.214
DEBÊNTURES	120.129	-	19.743	-	-	-	(11.202)	-	-	128.670
VLI Multimodal										
FINAME	1.357.937	67.729	62.551	-	-	(34.307)	(61.847)	-	-	1.392.063
FINEM	325.136	164.708	42.808	30.846	-	-	-	(30.846)	-	532.652
CRA	-	294.500	28.508	-	-	-	(21.255)	-	-	301.753
CRI	297.818	-	37.338	10.723	-	(24.528)	(20.881)	(10.723)	-	289.747
NCE	-	160.000	1.353	-	-	-	-	-	-	161.353
DEBÊNTURES	250.848	175.000	40.585	-	-	-	(17.486)	-	-	448.947
Custo de Transação	(23.061)	-	-	-	(11.455)	-	-	-	3.336	(31.180)
	3.189.423	1.126.455	329.966	115.380	(11.455)	(58.835)	(132.671)	(115.380)	3.336	4.446.219

(*) No ano de 2016, R\$ 116.751 dos juros decorrentes dos empréstimos, financiamentos e debêntures, foram apropriados para o ativo imobilizado.

4.16.4- Parcelas de longo prazo dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
2017	-	463.305
2018	388.763	581.356
2019	691.680	549.433
2020	663.553	756.751
2021	589.655	482.315
2022 em diante	1.700.030	338.335
Custo de Transação	(25.975)	(23.060)
	<u>4.007.706</u>	<u>3.148.435</u>

4.16.5- Garantias

Os empréstimos contratados em 2012 do Banco do Brasil e BNDES que compõe parte dos saldos de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2016 feitos para VLI Multimodal, são garantidos pela VLI S.A. Estes empréstimos têm carência para pagamento das parcelas de principal até 2016. Durante o período de carência serão pagos apenas os encargos financeiros a cada 3 meses.

Os empréstimos contratados em 2013 dos bancos Votorantim, Itaú, Banco do Brasil, BTG Pactual e Bradesco que compõe parte dos saldos de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2016 feitos para VLI Multimodal, são garantidos pela VLI S.A. e alienação fiduciária. Estes empréstimos têm carência para pagamento das parcelas de principal até 2017. Durante o período de carência serão pagos apenas os encargos financeiros a cada 3 meses.

A VLI Multimodal S.A emitiu Debêntures em junho de 2015 para distribuição pública, nos termos da Instrução nº 476 de janeiro de 2009 e da lei 12.431 (art. 2º). São garantidos por Fiança da VLI S.A. para 100% do Valor Total da Emissão. As Debêntures têm prazo de pagamento de 5 anos, e os juros serão pagos anualmente a partir da data de emissão.

A VLI Operações Portuárias S.A emitiu Debêntures em agosto de 2016 para distribuição pública, nos termos da Instrução nº 476 de janeiro de 2009 e da lei 12.431 (art. 2º). São garantidos por Fiança da VLI S.A. para 100% do Valor Total da Emissão. As obrigações e responsabilidades foram assumidas pela VLI Multimodal após a Incorporação. As Debêntures têm prazo de pagamento de 5 anos, e os juros serão pagos anualmente a partir da data de emissão.

Avais e Fianças

As cartas fianças contratadas junto às instituições financeiras estão relacionadas aos processos judiciais cíveis, fiscais, trabalhistas e tributárias, incluindo contratos comerciais e de empréstimos e financiamentos. No final dos exercícios a posição das fianças eram no montante de R\$ 330,84 milhões em 31 de dezembro de 2016. (Em 31 de dezembro de 2015 - R\$ 400,1 milhões e em 31 de dezembro de 2014 – R\$ 497,7).

4.16.6- Covenants

Os principais covenants obrigam aos garantidores dos empréstimos e financiamentos a manter certos índices, como a dívida sobre o EBITDA (LAJIDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) e de cobertura de juros. Os Covenants são avaliados anualmente em 31 de dezembro pelos números consolidados da VLI. Não identificamos nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2016.

4.17- Leasing

Arrendador:	Salus Empreendimentos Logísticos S.A.
Objeto:	Fornecimento de 40 (quarenta) locomotivas tipo SD40
Prazo vigência:	Novembro/2015 a outubro/2017
Condições de pagamento:	24 parcelas mensais fixas e sucessivas
Valor total contrato:	R\$ 85.416 mil
Amortização parcela mensal:	R\$ 3.559 mil
Valor total do Ajuste a Valor Presente: (em nov/15)	R\$ 6.074 mil

Em 2016 foram pagas 12 (doze) parcelas no montante de R\$ 43.612, e o saldo em 31 de dezembro de 2016 é R\$ 33.059, sendo R\$ 33.059 registrados no passivo circulante e R\$ 0 no não circulante (R\$ 41.246 e R\$ 31.671, respectivamente em 31 de dezembro de 2015).

4.18- Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações fiscais				
IRPJ (imposto de Renda Pessoa Jurídica)	7.440	59.351	194	-
ICMS (Impostos s/ Circulação de Mercadorias e Serviços)	9.674	16.755	-	18
IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte)	15.740	12.963	218	80
PIS, COFINS	3.814	11.138	9	391
IOF (Imposto s/ Operações Financeiras)	-	207	-	-
ISS (Imposto s/ Serviços)	9.145	8.753	2	1
Obrigações sociais e trabalhistas				
Salários e encargos	35.564	29.680	1.583	-
Provisão para férias e 13º Salário	25.698	28.409	-	13
Benefícios trabalhistas	7.509	12.612	17	7.107
Participação nos resultados	-	90.776	-	-
Contribuição SESI	17.177	147	-	-
Outros	5.126	325	-	-
	136.887	271.116	2.023	7.610

4.19- Arrendamentos, concessões e subconcessão

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		
FCA - Malha Centro Leste		
Concessão (a)	2.320	2.084
Arrendamento (b)	44.080	39.592
	46.400	41.676
FCA - FERROBAN/Malha Paulista		
Concessão (c)	183	172
Arrendamento (d)	3.476	3.277
	3.659	3.449
	50.059	45.125
Não circulante		
FNS		
Subconcessão a pagar (e)	172.161	161.268
	172.161	161.268
	222.220	206.393

(a) A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante histórico de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista. O saldo restante está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 470, corrigidas pela variação anual do IGP-DI, calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de dezembro de 2016 foram pagas 74 (setenta e quatro) parcelas, sendo a 74ª parcela paga no valor de R\$ 2.320.

- (b) O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante histórico de R\$ 292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente. O saldo restante está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 8.935, corrigidas pela variação anual do IGP-DI, calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de dezembro de 2016 foram pagas 74 (setenta e quatro) parcelas, sendo a 74ª parcela paga no valor de R\$ 44.080.
- (c) A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga e o arrendamento da malha paulista foi estipuladas pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 30 de dezembro de 1998, no montante histórico de R\$ 12.252, dos quais R\$ 2.917 foram pagos à vista. O saldo restante está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 347, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que o Grupo vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 31 de dezembro de 2016 foram pagas 65 (sessenta e cinco) parcelas, sendo a 65ª parcela paga no valor de R\$ 549.
- (d) O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 30 de dezembro de 1998, com a União, no montante histórico de R\$230.160, dos quais R\$ 52.793 foram pagos antecipadamente. O saldo restante está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 6.937, corrigidas pela variação anual do IGP-DI, calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que o Grupo vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 31 de dezembro de 2016 foram pagas 65 (sessenta e cinco) parcelas, sendo a 65ª parcela paga no valor de R\$ 10.429.
- (e) A FNS celebrou, em 20 de dezembro de 2007, com a VALEC, contrato de subconcessão com arrendamento para exploração do transporte ferroviário de carga no trecho entre Açailândia (MA) e Palmas (TO). De acordo com este contrato, o pagamento da subconcessão ocorreria em três etapas, sendo:
- primeira parcela: equivalente a 50% do valor da subconcessão, liquidada após a assinatura do contrato;
 - segunda parcela: correspondente a 25% do valor, paga em 4 de maio de 2009;
 - terceira parcela: inicialmente seria paga em dezembro de 2009, foi postergada para abril de 2010, condicionada ao recebimento do trecho final da ferrovia a ser disponibilizado pelo Governo Federal, atualizada pela variação do IGP-DI acrescido de 12% ao ano, aplicados até abril de 2010. Em dezembro de 2010, com assinatura do segundo termo aditivo ao contrato da subconcessão, foi liquidado 80% do valor da terceira parcela e condicionada à liberação dos 20% restante à correção das pendências existentes na ferrovia. O valor atualizado dessa parcela de 20%, em 31 de dezembro de 2016, foi de R\$ 172.161 (em 31 de dezembro de 2015 R\$ 161.268).

Em 08 de março de 2013 a FNS celebrou com a VALEC um Termo de Certificação de Reconhecimento Amigável de Obrigações do contrato assinado em 20 de dezembro de 2007, onde a VALEC se compromete a autorizar a compensação do valor devido pelo Grupo com a realização de obras suspensas e regularização de passivos ambientais que outrora eram de sua responsabilidade e ficaram pendentes quando da entrega dos trechos que compõe a Ferrovia Norte Sul. Entretanto, a compensação poderá ser realizada apenas caso haja autorização prévia dos órgãos competentes.

4.20- Demais passivos

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante				
Seguro Responsabilidade Civil (a)	294	7.847	-	-
Seguro Risco Operacional (a)	1.384	17.056	-	-
Seguro Responsabilidade Civil Transp. Carga Ferroviária (a)	-	1.769	-	-
Responsabilidade Civil Operador Portuário (a)	366	-	-	-
Seguro Frota (a)	45	-	6	-
Seguro PTL (a)	1	-	-	-
Passagem de fibra ótica (c)	417	417	100	100
Utilização Sistema Logístico Integrado (d)	1.250	1.250	-	-
Provisão para franquia de seguro (b)	34.750	34.750	-	-
Adiantamento de clientes (e)	56.159	240	-	-
Garantias contratuais	1.797	1.799	-	-
Outros passivos circulantes	2.507	3.491	118	370
	98.970	68.619	224	470
Não circulante				
Passagem de fibra ótica (c)	3.253	3.670	558	658
Utilização Sistema Logístico Integrado (d)	22.500	23.750	-	-
Adiantamento de clientes (e)	26.560	-	-	-
Outros	-	164	-	-
	52.313	27.584	558	658
	151.283	96.203	782	1.128

(a) Valores dos seguros contratados para coberturas de responsabilidade civil, operacional e de transportes de carga ferroviária.

(b) As controladas registraram a provisão da franquia de seguros operacionais referente a acidentes ocorridos na malha ferroviária da FCA de R\$ 24.000 e nos terminais portuários da VLI Multimodal de R\$ 10.000 e Ultrafértil de R\$ 750.

(c) Receitas recebidas antecipadamente de aluguel da malha centro-leste da FCA, para passagem de fibra ótica de empresa de telecomunicação e a Escritura Pública de Concessão de Direito Real de Superfície.

(d) Receitas recebidas antecipadamente com a utilização dos serviços de transbordos rodoferroviário no terminal de origem até ao terminal de destino, que será amortizada e apropriada mensalmente ao resultado pelo prazo integral do contrato celebrado com o cliente.

(e) Adiantamentos recebidos de clientes referentes a serviços de consultoria de gestão de projetos a serem prestados pela Salus Infraestrutura Portuária.

4.21- Dividendos propostos

Os dividendos foram constituídos conforme previsto no estatuto social do Grupo, que definiu uma remuneração mínima de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	283.865	415.772	283.865	415.772
(-) Compensação de prejuízos acumulados	-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício ajustado	283.865	415.772	283.865	415.772
Reserva legal - 5%	(14.193)	(20.789)	(14.193)	(20.789)
Reserva de incentivo fiscal	-	-	-	-
Base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório	269.672	394.983	269.672	394.983
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(67.418)	(98.746)	(67.418)	(98.746)
Parcela de dividendos 2015 a pagar	(98.746)	-	(98.746)	-
Parcela de dividendos dos não controladores	(2.418)	(3.538)	-	-
Dividendos propostos a pagar	(168.582)	(102.284)	(166.164)	(98.746)

4.22-Patrimônio líquido

4.22.a) Capital social

O capital social do Grupo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e no exercício findo em 31 de dezembro 2015, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 8.069.091, representado por 8.890.790.411 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Acionistas	Ações Ordinárias	% Participação
Vale S.A.	3.342.352.802	37,59%
Brookfield Brasil Infrastructure Fundo de Investimentos em Participações	2.267.516.800	25,51%
Mitsui & Co Ltd	1.778.158.082	20,00%
FI-FGTS	1.413.854.823	15,90%
Brasil Port Holdings L.P.	88.907.904	1,00%
Totais	8.890.790.411	100,00%

b) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas do Grupo, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no exercício. Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do lucro por ação.

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2016</u>
Cálculo da média ponderada (8.890.790.411 x 12/12)	8.890.790.411
Lucro líquido do período	283.865
Ações em 31 de dezembro	8.890.790.411
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil de ações R\$	31,93
	<u>31/12/2015</u>
Cálculo da média ponderada (8.890.790.411 x 12/12)	8.890.790.411
Lucro líquido do período	415.772
Ações em 31 de dezembro	8.890.790.411
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil de ações R\$	46,76

4.23- Receita de serviços prestados

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita Bruta		
Receita de transporte ferroviário	2.974.875	2.890.989
Receita de utilização de pátios	4.771	4.250
Receita de estadia de vagões	3.881	4.746
Receita de aluguel de locomotivas	2.935	5.013
Receita de partilha de frete	12.807	10.402
Receita de serviços portuários	842.539	852.247
Receita de serviços acessórios	321.235	292.226
	4.163.043	4.059.873
Impostos sobre serviços		
ISS	(38.446)	(39.924)
ICMS	(198.635)	(171.915)
PIS	(60.770)	(58.954)
COFINS	(279.764)	(271.544)
INSS Desoneração	(29.974)	(23.514)
	(607.589)	(565.851)
	3.555.454	3.494.022
Descontos		
Descontos concedidos	(1.803)	(2.951)
Receita líquida de serviços prestados	3.553.651	3.491.071

4.24- Custo dos serviços prestados

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal	(441.613)	(447.370)
Material	(101.571)	(96.837)
Combustíveis	(365.155)	(387.485)
Serviços contratados	(228.010)	(222.520)
Serviços Transportes Ferroviarios/Portuarios	(484.250)	(390.100)
Partilha de frete	(126.483)	(115.029)
Arrendamento e Concessão	(206.367)	(187.375)
Depreciação	(928.313)	(810.496)
Tributos e taxas	(4.396)	(4.036)
Alugueis	(168.630)	(121.446)
Seguros	(38.525)	(26.801)
Utilitarios	(26.678)	(19.907)
Viagens	(21.047)	(17.958)
Outros	(28.858)	(21.233)
	(3.169.896)	(2.868.593)

4.25- Receitas (despesas) operacionais

a) Despesas gerais e administrativas

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal	(85.184)	(105.687)	(19.767)	(31.552)
Material	(52)	(166)	-	(125)
Serviços contratados	(25.418)	(26.561)	(171)	(4.296)
Compart. de Despesas	-	(5.003)	-	-
Tributos e Taxas	(793)	(406)	-	(84)
Combustíveis	(17)	(15)	-	-
Utilities	(428)	(844)	(47)	(628)
Alugueis	(1.591)	(1.323)	(32)	(353)
Viagens	(3.760)	(4.079)	(503)	(2.820)
Outros	(71)	(2.795)	-	(363)
Seguros	(560)	(133)	(446)	(53)
Depreciação	(8.827)	(14.708)	-	-
	(126.701)	(161.720)	(20.966)	(40.274)

b) Despesas com vendas

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal	(10.902)	(15.390)	(4)	(5.909)
Material	(13)	(235)	-	(230)
Serviços contratados	(1.202)	(2.046)	(38)	(1.790)
Tributos e Taxas	(161)	(95)	(158)	(79)
Utilities	(86)	(49)	-	-
Alugueis	(161)	(312)	(6)	(130)
Viagens	(735)	(1.656)	(12)	(1.327)
Outros	-	(68)	-	(100)
Depreciação	(1.467)	(2.580)	(1.420)	(2.533)
	(14.727)	(22.431)	(1.638)	(12.098)

c) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Outras receitas operacionais				
Venda de materiais	35.029	30.722	-	-
Venda de ativos	20.212	51.730	-	-
Compartilhamento de despesas	4.920	5.034	21.362	67.730
Recuperação de despesas	61.179	90.277	-	-
Indenizações de Clientes	10.389	-	-	-
Trem Turístico	3.614	4.288	-	-
Exploração da Faixa de Domínio	3.866	3.470	-	-
Bônus/Multas contratuais (a)	343.621	56.156	-	-
Alugueis	1.550	1.603	295	215
Recuperação de despesas - RFFSA	-	7.739	-	-
Lucros Cessantes	-	6.000	-	-
Reversão benefícios a empregados	-	10.344	-	3.288
Outros	7.574	1.294	-	-
	491.954	268.657	21.657	71.233
Outras despesas operacionais				
Tributárias	(39.460)	(29.643)	(61)	(1.060)
Baixa de Ativos	(26.321)	(26.291)	-	(1)
Custo com Venda de Materiais	(7.234)	-	-	-
Participação no resultado	(2.636)	-	(889)	-
Provisão Desvalorização de estoque	5.324	580	-	-
Perda de recebíveis	(3.843)	(4.389)	-	-
Outros gastos c/pessoal	(11.915)	(17.205)	-	(4.292)
Pesquisa e desenvolvimento	(2.484)	(9.881)	(7)	(4.595)
Multas contratuais	(28.142)	(7.351)	-	-
Trem Turístico	(1.862)	(2.242)	-	-
Trem Turístico-depreciação	(3.607)	(3.064)	-	-
Outras operacionais	(38.114)	(27.917)	1.914	(105)
Materiais, peças e componentes	-	(1.193)	-	-
Processos Judiciais	(44.375)	(37.749)	(23)	-
Indenizações	(17.221)	(18.904)	-	-
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(4.327)	3.221	-	11
Provisão para processos judiciais	20.277	(1.573)	-	-
Provisão para passivos ambientais	-	-	-	-
	(205.940)	(183.601)	934	(10.042)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	286.014	85.056	22.591	61.191

(a) Conforme cláusulas de penalidades se ocorrer descumprimentos nos quantitativos de volumes, constantes do contrato de transporte ferroviário de cargas, as partes envolvidas estarão sujeitas ao pagamento de bônus e multas compensatórias (Take or pay).

4.26- Resultado financeiro

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras				
Aplicação mercado financeiro	56.998	96.566	4.605	47.853
Juros, taxa e multas de mora	4.439	3.677	-	-
Outras receitas financeiras	6.866	14.427	-	977
	68.303	114.670	4.605	48.830
Despesas Financeiras				
Despesas com IOF	(597)	(5.328)	(3)	(1)
Despesa com Seguro garantia	(3.877)	(203)	-	-
Encargos sobre Cessão de Créditos	(11.691)	-	-	-
Juros apropriados sobre empréstimo e financiamento	(213.215)	(43.594)	-	-
Encargos com custo de transação empréstimo e financiamento	(3.336)	(960)	-	-
Encargos por atraso	(114)	(749)	-	-
Despesas com Pis/Cofins sobre receitas financeiras	(4.900)	(3.353)	(328)	-
Despesas com Leasing	(3.754)	-	-	-
Despesas com Comissão de Fiança	(6.861)	(6.594)	-	-
Juros, taxas e multas	(5.982)	(8.027)	(16)	(25)
Outras despesas financeiras	(759)	(4.689)	(88)	(923)
	(255.086)	(73.497)	(435)	(949)
Receitas com variação monetária e cambial	41.250	33.244	2.446	767
	41.250	33.244	2.446	767
Resultado financeiro	(145.533)	74.417	6.616	48.648

4.27- Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda diferido		
Provisão para devedores duvidosos	8.779	7.733
Provisão para processos judiciais	11.271	16.341
Outras provisões	12.613	40.928
Ajuste a valor presente de ativos financeiros	22.594	24.357
Prejuízo fiscal	103.158	77.911
	158.439	167.270
Contribuição social diferida		
Provisão para devedores duvidosos	3.169	2.783
Provisão para processos judiciais	4.056	5.880
Outras provisões	4.522	14.736
Ajuste a valor presente de ativos financeiros	8.134	8.768
Base negativa	34.398	24.313
	54.279	56.480
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	212.718	213.821
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos	-	9.927
Prejuízo fiscal para imposto de renda	412.630	288.646
Base negativa da contribuição social	382.201	258.218

As empresas do Grupo possuem saldos de impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal (Imposto de renda) e base de cálculo negativa, conforme descrito na nota 4.27. O Grupo possui expectativa de rentabilidade futura de forma a substanciar a recuperabilidade deste ativo.

A expectativa de realização dos créditos dos tributos diferidos relativo ao prejuízo fiscal, à base negativa da contribuição social e adições temporárias, ocorrerá da seguinte forma:

Os saldos dos créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos da controladora em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 2.730. (Em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 0).

ANO	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
2016	-	42.099
2017	34.992	19.359
2018	20.036	29.768
2019	30.809	31.098
2020	32.185	30.499
2021	31.565	60.998
2022 em diante	63.131	-
	212.718	213.821

Composição dos tributos diferidos passivos:

	Consolidado	Consolidado
	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda diferido		
Depreciação acelerada	(475)	(422)
Custo atribuído e reavaliação de ativos	(12.844)	(14.562)
	(13.319)	(14.984)
Contribuição social diferida		
Depreciação acelerada	(20)	(22)
Custo atribuído e reavaliação de ativos	(4.624)	(5.242)
	(4.644)	(5.264)
Total	(17.963)	(20.248)

A expectativa de realização dos débitos ocorrerá da seguinte forma:

2016	-	(3.375)
2017	(2.994)	(3.375)
2018	(2.994)	(3.375)
2019	(2.994)	(3.375)
2020	(2.994)	(3.375)
2021	(2.994)	(3.373)
2022 em diante	(2.993)	-
	(17.963)	(20.248)

(b) Reconciliação das despesas do imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são demonstrados como segue:

	Consolidado				Controladora			
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação	382.808	382.808	597.800	597.800	282.707	282.707	423.762	423.762
Adições (exclusões) permanentes:								
Multas não dedutíveis	354	354	1.051	1.051	-	-	-	-
Despesas não dedutíveis	5.629	5.629	10.071	10.071	-	-	68	68
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	(276.104)	(276.104)	(366.295)	(366.295)
Outras	8.381	8.605	2.236	2.460	3	3	11	11
Adições (exclusões) temporárias:								
Constituição (Reversão) de Provisão para processos judiciais, líquida	(20.275)	(20.275)	1.573	1.573	-	-	-	-
Constituição (reversão) de provisão para perdas de materiais, líquida	(5.635)	(5.635)	(505)	(505)	-	-	-	-
Constituição (reversão) de outras provisões, líquida	8.246	8.246	12.288	11.957	(245)	(245)	329	329
Constituição (reversão) de participação nos resultados, líquida	(97.639)	(97.639)	23.339	23.339	343	343	(20.904)	(20.904)
Constituição (reversão) de provisão fundo de pensão	-	-	(7.674)	(7.674)	-	-	(3.288)	(3.288)
Constituição (reversão) de perdas de créditos, líquida	(987)	(987)	(7.604)	(7.604)	-	-	(11)	(11)
Base de cálculo	280.882	281.106	632.575	632.468	6.704	6.704	33.672	33.672
Prejuízo Fiscal e base negativa do exercício	114.069	114.069	9.946	9.946	-	-	-	-
Base de cálculo ajustada	394.951	395.175	642.521	642.414	6.704	6.704	33.672	33.672
Compensação de prejuízos fiscais	(2.011)	(2.011)	(18.643)	(57.352)	(2.011)	(2.011)	(10.101)	(10.101)
Lucro real após prejuízo fiscal	392.940	393.164	623.878	585.062	4.693	4.693	23.571	23.571
Imposto de Renda e Contribuição Social - (alíquotas - IR 25% e CS 9%)	(98.091)	(35.385)	(155.825)	(52.656)	(1.150)	(422)	(5.869)	(2.121)
PAT (Programa Alimentação Trabalhador)	1.862	-	1.168	-	-	-	-	-
Despesas corrente de Imposto de Renda e Contribuição Social	(96.229)	(35.385)	(154.657)	(52.656)	(1.150)	(422)	(5.869)	(2.121)
Incentivos Fiscais	41.672	-	17.228	-	-	-	-	-
Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos	121	1.060	17.593	5.358	2.007	723	-	-
Total da despesa de impostos das atividades	(54.436)	(34.325)	(119.836)	(47.298)	857	301	(5.869)	(2.121)
Alíquota efetiva total	14,22%	8,97%	19,72%	7,78%	(0,30%)	(0,11%)	1,38%	0,50%

(c) Incentivos fiscais - subvenção para investimentos

O Grupo é beneficiado por incentivos fiscais do imposto de renda sobre as receitas auferidas nos transportes ferroviários de carga geral efetuados a partir dos Estados do Maranhão e do Tocantins. Os Incentivos foram concedidos pelas Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE até dezembro de 2018 e de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM até dezembro de 2026 e consistem no direito à redução de 75% do Imposto sobre a Renda e adicionais não-restituíveis calculados sobre o lucro da exploração.

As subvenções e assistências governamentais são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos acionistas para aprovação de sua destinação.

4.28- Informações por segmento de negócios e receitas por área geográfica

Considerando a atual estrutura do Grupo, a Diretoria efetua sua análise do negócio, representado pela prestação de serviços de transporte de carga, sob a perspectiva geográfica, e com base em seus ativos.

As informações por segmento de negócios, e correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 respectivamente, foram as seguintes:

	VLI S.A. - Consolidado	VLI S.A. Ferroviário/Portuário	VLI Multimodal S.A. Ferroviário/Portuário	Ferrovia Norte Sul S.A. Malha Norte	Ferrovia Centro Atlântica S.A. Malha Centro-Leste e Paulista	VLI Operações Portuárias S.A. Portuário	TUF Empreendimentos e Participações S.A. Portuário	Ultrafértil S.A. Portuário
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016
RESULTADO								
Receita líquida dos serviços prestados	3.553.651	-	2.022.579	448.732	1.667.362	112.898	-	148.345
Custos e despesas	(2.342.878)	1.407	(1.592.482)	(236.224)	(1.214.571)	(73.934)	-	(73.338)
Depreciação e amortização	(476.064)	(1.420)	(127.847)	(27.309)	(292.562)	(2.765)	-	(24.160)
Despesas de arrendamento e concessão	(206.368)	-	-	-	(206.368)	-	-	-
Margem Bruta	528.341	(13)	302.250	185.199	(46.139)	36.199	-	50.847
Resultado financeiro	(145.533)	6.616	(204.047)	4.098	16.167	1.187	1.197	29.248
Resultado de equivalência patrimonial	-	276.104	145.172	-	-	37.038	52.855	-
Imposto de renda e contribuição social	(130.433)	1.158	(38.126)	(61.761)	6.720	(10.802)	(383)	(27.240)
Incentivo fiscal	41.672	-	434	34.439	-	6.799	-	-
Lucro(Prejuízo) das operações continuadas	294.047	283.865	205.683	161.975	(23.252)	70.421	53.669	52.855
Lucro(Prejuízo) do exercício	294.047	283.865	205.683	161.975	(23.252)	70.421	53.669	52.855
	VLI S.A. - Consolidado	VLI S.A. Ferroviário/Portuário	VLI Multimodal S.A. Ferroviário/Portuário	Ferrovia Norte Sul S.A. Malha Norte	Ferrovia Centro Atlântica S.A. Malha Centro-Leste e Paulista	VLI Operações Portuárias S.A. Portuário	TUF Empreendimentos e Participações S.A. Portuário	Ultrafértil S.A. Portuário
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
RESULTADO								
Receita líquida dos serviços prestados	3.491.071	-	2.024.543	397.788	1.653.189	150.710	-	142.897
Custos e despesas	(1.949.420)	11.352	(1.212.074)	(157.930)	(1.196.494)	(116.738)	-	(60.084)
Depreciação e amortização	(830.847)	(2.533)	(540.768)	(84.299)	(264.375)	(2.858)	-	(21.180)
Despesas de arrendamento e concessão	(187.421)	-	-	-	(187.421)	-	-	-
Margem Bruta	523.383	8.819	271.701	155.559	4.899	31.114	-	61.633
Resultado financeiro	74.417	48.648	(39.937)	4.154	25.789	2.484	-	32.884
Resultado de equivalência patrimonial	-	366.295	136.265	-	395	36.676	61.570	-
Imposto de renda e contribuição social	(184.362)	(7.990)	(75.890)	(54.435)	(1.929)	(11.287)	-	(32.947)
Incentivo fiscal	17.228	-	-	17.228	-	-	-	-
Lucro(Prejuízo) das operações continuadas	430.666	415.772	292.139	122.506	29.154	58.987	61.570	61.570
Lucro(Prejuízo) do exercício	430.666	415.772	292.139	122.506	29.154	58.987	61.570	61.570

4.29- Benefícios a Empregados

4.29.1- Planos de Previdência Privada

A VALIA - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social ("VALIA"), entidade jurídica de fins não lucrativos, instituída em 1973, tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados que participam ou venham a participar do plano.

A Ultrafértil, por intermédio da Fundação PETROBRAS de Seguridade Social ("PETROS"), mantém o plano de suplementação dos benefícios prestados pela Previdência Social, em regime de benefícios definidos, para os funcionários admitidos até setembro de 1993.

Em outubro de 2011, foi implementado um novo plano de previdência complementar (Plano Vale Mais) na VALIA, com características de contribuição variável, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de risco (pensão por morte, aposentadoria por invalidez e auxílio doença).

a) Contribuições

As despesas relacionadas às contribuições plano de contribuição definida Vale Mais, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, totalizaram R\$ 8.626 (Em 31 de dezembro de 2015 - R\$ 11.122).

O Grupo não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

O Grupo é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA.

b) Principais premissas atuariais

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As hipóteses atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Reconciliação do valor líquido de passivo (ativo) - VLI		
1. Valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido no final do ano anterior	(47.364)	(20.561)
2. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	(4.421)	(1.144)
3. Resultado obrigação do Benefício Definido Incluído em Outros result. Abrangentes (OCI)	71	(18.491)
4. Contribuição patrocinadora/pago pela empresa	(4.851)	(8.087)
5. Contribuição de Participante	(66)	-
6. Valor líquido do passivo / (ativo) no final do ano	<u>(56.631)</u>	<u>(48.283)</u>
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Principais premissas atuariais		
Média Ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	12,15%	13,31%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	8,12%	8,12%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	6,00%	6,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	6,00%	6,00%
Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	11,13%	13,10%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	8,12%	8,12%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	6,00%	6,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	6,00%	6,00%
5. Tábua de mortalidade	2000Basic	2000Basic
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos		
1. Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos)	20,4468	20,4468
2. Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 40 anos)	20,4468	20,4468

4.29.2- Incentivos de Longo Prazo

O programa de incentivos de longo prazo para os executivos da VLI tem como principal intuito aumentar a capacidade de atração e retenção dos nossos executivos. A duração do programa (ciclo) é de três anos, sendo que o último iniciou-se em março de 2014, podendo ser estendido por um período de mais três anos, se o executivo optar por aguardar pela valorização da empresa neste período.

A implementação deste programa não obriga a VLI a realizá-lo nos próximos anos, ou em qualquer outro formato semelhante, ficando reservada à VLI a prerrogativa de analisar e decidir pela eventual implementação de premiações iguais ou semelhantes no futuro.

O executivo, ao aderir o programa, deverá escolher o percentual da sua bonificação a ser investido e o nível de investimento desejado. O valor da opção do empregado e a contrapartida da empresa, em número de salários, serão transformados em UVVs. A valoração se dará a partir do crescimento do plano de negócios da VLI. A mensuração do valor da UVV se dará sempre ao final de cada ciclo contábil, considerando o período de validade do plano.

Durante o período de vigência do ciclo, os participantes não incorrerão em nenhuma despesa de administração.

4.30- Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros do Grupo em 31 de dezembro de 2016 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores e partes relacionadas, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.

O Grupo não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos em 2016 e em 2015.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 as empresas do grupo VLI não possuíam instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo nível 1 e 3.

Informações (*inputs*) de Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações (*inputs*) de Nível 2

Informações (*inputs*) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações (*inputs*) de Nível 3

Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

4.30.1- Abordagem de mercado

Técnica de avaliação que utiliza preços e outras informações relevantes geradas por transações de mercado envolvendo ativos, passivos ou grupo de ativos e passivos idênticos ou comparáveis (ou seja, similares), como, por exemplo, um negócio.

a) Risco de Mercado

Considerando a natureza dos negócios e operações do Grupo, o principal fator de risco de mercado aos quais as Companhias estão expostas são preços de produtos e insumos e outros custos.

b) Risco com taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade do Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores relacionados às importações de estoque e imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo possuía passivos denominados em dólares norte-americanos no montante de R\$ 11.790 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 18.289).

c) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pelos contratos de empréstimos, financiamentos e Debêntures da VLI Multi e Ultrafertil, de arrendamento e concessão da FCA e subconcessão a pagar da FNS (Nota 4.19), não há ativos ou passivos significativos com incidência de juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais do Grupo são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

4.30.2- Análise de Sensibilidade

a) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

Análise de sensibilidade elaborada sobre receita financeira gerada por investimentos, rentabilizados pelo indexador CDI.

O cenário I considera uma diminuição de 10% sobre a taxa de juros média aplicável à parte fluante do rendimento atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração de 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2016.

31/12/2016				
Indexador	Taxas do final do exercício (i)	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	13,63%	12,27%	10,90%	8,86%

(i) A taxa do final do exercício leva em consideração a média poderada do ano de 2016

31/12/2016				
	31/12/2016	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Receita Financeira	56.998	51.298	45.598	37.049

a) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

Análise de sensibilidade elaborada sobre empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto no final do período, com risco vinculado a indexadores (TJLP, IPCA e TR).

O cenário I considera um aumento de 10% sobre a taxa de juros média aplicável à parte fluante de sua dívida atual. Os cenários II e III foram calculados com aumento de 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2016.

Indexador	Taxas do final do exercício			
	(i)	Cenário I	Cenário II	Cenário III
TJLP	7,50%	8,25%	9,00%	10,13%
TR	2,01%	2,21%	2,41%	2,71%
IPCA	6,29%	6,92%	7,55%	8,49%
CDI	13,63%	14,99%	16,36%	18,40%

(i) A taxa do final do exercício leva em consideração a média poderada do ano de 2016.

	31/12/2016			
	31/12/2016	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Encargos Financeiros - TJLP	50.782	55.861	60.939	68.556
Encargos Financeiros - TR	41.426	45.569	49.712	55.925
Encargos Financeiros - IPCA	35.046	38.550	42.055	47.311
Encargos Financeiros - CDI	29.914	32.906	35.897	40.384

c) Risco de crédito

O principal fator de risco de mercado que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas. Também deve ser destacado que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresenta concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber com consequente minimização de perdas individuais.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo constituiu provisão para cobrir eventuais perdas com contas a receber no montante de R\$ 35.259 no consolidado (31 de dezembro de 2015 - R\$ 30.931).

O valor limite para aplicações financeiras em cada instituição financeira será determinado em função do *rating* e patrimônio líquido conforme tabela abaixo:

Limite Máximo Consolidado - Brasil e Exterior

Rating Mínimo da Instituição de acordo com Agências S&P ou Fitch (1)	Patrimônio Líquido da instituição (2)	Disponível de Caixa (3)
brAA	10%	45%
brAA-	10%	30%
brA	5%	20%
brA-	5%	5%

- Os limites das colunas (2) e (3) devem ser atendidos simultaneamente.
- A coluna (3) indica o percentual máximo de concentração em única instituição financeira.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros do Grupo é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes do Grupo por meio da análise das demonstrações financeiras, patrimônio líquido e “rating” visando auxiliar o Grupo a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

Os passivos financeiros do Grupo em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 estão classificados no passivo circulante e não circulante considerando os prazos de vencimento.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	4.446.219	3.189.423
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(448.084)</u>	<u>(1.042.598)</u>
Dívida Líquida	<u>3.998.135</u>	<u>2.146.825</u>

e) Risco operacional

A VLI S.A possui programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo *All Risks* (Nota 4.9).

Os principais instrumentos financeiros do Grupo em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro 2015 estão relacionados abaixo, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização e valor justo.

Em milhares de Reais	Consolidado		Controladora	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	19.410	12.376	206	-
Aplicações Financeiras	428.674	1.030.222	3.846	146.584
Contas a receber	639.254	473.181	15	-
Partes relacionadas	361.144	349.737	12.863	12.767
Contas a receber da RFFSA (União)	<u>87.230</u>	<u>81.830</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1.535.712</u>	<u>1.947.346</u>	<u>16.930</u>	<u>159.351</u>
Passivo				
Empréstimos e Financiamentos	3.876.942	2.823.509	-	80
Debêntures	569.277	365.914	-	-
Leasing	33.059	72.917	-	-
Fornecedores	599.399	450.555	218	1.657
Contas a pagar	168.216	42.639	-	-
Partes relacionadas	43.137	151.326	450	534
Arrendamentos, concessões e subconcessão	<u>222.220</u>	<u>206.393</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>5.512.250</u>	<u>4.113.253</u>	<u>668</u>	<u>2.271</u>

f) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. As origens e fontes de recursos se baseiam em recursos dos acionistas e de terceiros.

4.31- Compromissos

Os gastos contratados, mas ainda não incorridos no contexto das demonstrações financeiras, correspondem exclusivamente a compromissos assumidos pelo Grupo referentes às concessões e arrendamentos da Malha Centro Leste e a Malha Paulista. Os compromissos assumidos podem ser resumidos conforme abaixo:

	<u>Malha Centro Leste</u>	<u>Malha Paulista Ferroban</u>
Quantidade de parcelas totais	112	112
Periodicidade de pagamento	Trimestral	Trimestral
Índice de atualização das parcelas	IGP-DI (FGV)	IGP-DI (FGV)
Quantidade de parcelas pagas até 31 de dezembro de 2015	74	65
Valor da última parcela paga		
Concessão	2.320	549 (*)
Arrendamento	44.080	10.429 (*)

(*) Parcela de responsabilidade da FCA (35,595%)

Resolução nº 4131/13 - Reinvestimentos /obras a executar

	<u>Malha Centro Leste</u>
Saldo Inicial – março de 2012	933.521
Saldo Atualizado – dezembro de 2016	1.293.959
Índice de atualização	IPCA
Prazo final para conclusão	agosto-2026

4.32 – Eventos Subsequentes

4.32.1 – Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) de emissão da VLI Multimodal S.A, no valor de R\$ 260 milhões.

Em 14 de fevereiro de 2017 a FITCH Ratings atribuiu Rating Nacional de Longo Prazo para emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), em montante nominal de R\$ 260 milhões. O rating reflete a expectativa de pagamento integral do principal investido em fevereiro de 2022, acrescido de juros, a serem pagos semestralmente.

Resumo da oferta

Código:	ISIN CRA 104 ^a
Série:	BRECOACRA1RO
Valor nominal:	R\$ 260 milhões
Data de emissão:	a ser emitida no dia 24 de fevereiro de 2017
Vencimento:	Fevereiro de 2022
Taxa:	95% do CDI
Valor de venda:	Pelo valor nominal sem taxa de descontos no vencimento
Rating:	AA+sf(bra)
Frequência de pagamentos:	juros semestrais
Período de carência de juros:	não haverá carência
Amortização:	no vencimento
Fundos de Reserva:	Sem fundos de reserva inicial
Classe de ativos:	CDO/Credit Linked Notes

4.32.2 – Contrato Operacional Específico

Em 23 de janeiro de 2017, a Ferrovia Centro-Atlântica S.A (“FCA” ou “Companhia”), em atendimento às disposições da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 358, de 03.01.2002, vem a público informar que celebrou nesta data “Contrato Operacional Específico” com a ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A.; ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A.; e ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A. com a finalidade de disciplinar a ampliação da participação do modal ferroviário no atendimento às demandas de transporte de cargas, bem como melhorar as

operações de transporte ferroviário de cargas mediante o melhor aproveitamento das respectivas infraestruturas ferroviárias e material rodante, modernizando suas práticas comerciais e empresariais.

As Partes entendem que a celebração desse contrato fortalece as sinergias existentes na integração das suas operações, facilitadas pela conexão das malhas por elas operadas, com o objetivo de aumentar a eficiência do serviço público prestado aos usuários, ampliando a base de clientes e proporcionando o crescimento de suas receitas.

4.32.3 – Contratos de financiamentos

Em consonância com a linha de financiamento contratada com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no valor total de R\$ 702.887.000,00 (setecentos e dois milhões e oitocentos e oitenta e sete mil reais) referente à parcela direta assinada em 28/12/2016, foram celebrados 3 (três) contratos de repasse para projetos de infraestrutura ferroviária.

No dia 25 de janeiro de 2017 foram obtidos junto às instituições listadas abaixo o primeiro desembolso no montante total de R\$ 200.007, sendo parte dos subcréditos listados abaixo:

Linha indireta subcrédito - Instituição Financeira Banco Itaú S.A

Objetivo: Projetos de infraestrutura ferroviária nos corredores Centro Norte, Leste e Sudeste licenciados
Parcela Indireta: R\$ 115,725 milhões
Prazo: 120 meses
Carência: 24 meses
Pagamento de juros: trimestrais durante a carência e mensal após início da amortização.

Linha indireta subcrédito - Instituição Financeira Banco Safra

Objetivo: Projetos de infraestrutura ferroviária nos corredores Centro Norte, Leste e Sudeste licenciados
Parcela Indireta: R\$ 100 milhões
Prazo: 120 meses
Carência: 24 meses
Pagamento de juros: trimestrais durante a carência e mensal após início da amortização.

Linha indireta subcrédito - Instituição Financeira Banco Santander

Objetivo: Projetos de infraestrutura ferroviária nos corredores Centro Norte, Leste e Sudeste licenciados
Parcela Indireta: R\$ 70 milhões
Prazo: 120 meses
Carência: 24 meses
Pagamento de juros: trimestrais durante a carência e mensal após início da amortização.

Remuneração das três linhas acima: até TJLP + 5,04% a.a. sendo a remuneração Básica do BNDES (1,5% a.a.), a taxa de Intermediação Financeira (0,5% a.a.) e a Remuneração da Instituição Financeira Credenciada (até 3,04% a.a.).

4.33 - Administração - Conselheiros e Diretores

Conselho de Administração

Humberto Ramos de Freitas
Presidente

Pedro José Rodrigues
Membro do conselho

Luiz Eduardo Lopes Gonçalves
Membro do conselho

Michihiro Nose
Membro do conselho

Flávio Eduardo Arakaki
Membro do conselho

Benjamin Michel Vaughan
Membro do conselho

Marcos Pinto Almeida
Membro do conselho

Diretoria

Marcello Magistrini Spinelli
Diretor-Presidente

Fabiano Bodanezi Lorenzi
Diretor

Marcus Vinícius de Faria Penteadado
Diretor

Rodrigo Saba Ruggiero
Diretor

Rute Melo Araújo Galhardo
Diretora

Gustavo Serrão Chaves
Diretor

Fabio Stewson de Souza
Contador - CRC-MG 045913/O-6 "S" SP